

SUELLEN CRISTINA GONÇALVES

**MIDIATIZAÇÃO, DIFERENÇAS E EXCEÇÃO NO *TWITTER*:
UM ESTUDO DAS ESTRATÉGIAS NARRATIVAS DE ARTHUR MOLEDO VAL E
PE. JÚLIO LANCELOTTI FRENTE ÀS EXPERIÊNCIAS COM A POPULAÇÃO DE
RUA DE SÃO PAULO**

Viçosa - MG

Curso de Comunicação Social - Jornalismo da UFV

2022

SUELLEN CRISTINA GONÇALVES

**MIDIATIZAÇÃO, DIFERENÇAS E EXCEÇÃO NO *TWITTER*:
UM ESTUDO DAS ESTRATÉGIAS NARRATIVAS DE ARTHUR MOLEDO VAL E
PE. JÚLIO LANCELOTTI FRENTE ÀS EXPERIÊNCIAS COM A POPULAÇÃO DE
RUA DE SÃO PAULO**

Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social - Jornalismo da Universidade Federal de Viçosa, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Rennan Lanna Martins Mafra

Viçosa - MG

Curso de Comunicação Social - Jornalismo da UFV

2022



Universidade Federal de Viçosa

Departamento de Comunicação Social

Curso de Comunicação Social - Jornalismo

Monografia intitulada: *Midiatização, diferenças e exceção no Twitter: Um estudo das estratégias narrativas de Arthur Moledo Val e Pe. Júlio Lancelotti frente às experiências com a população de rua de São Paulo* de autoria de Suellen Cristina Gonçalves, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Rennan Lanna Martins Mafra – Orientador

Curso de Comunicação Social - Jornalismo da UFV

Profa. Dra. Mariana Ramalho Procópio Xavier

Curso de Comunicação Social - Jornalismo da UFV

Gabrielle do Santos Marques – UFV

Doutoranda em Ciência Política - UFMG

Viçosa, 09 de agosto de 2022.

RESUMO: Esta monografia tem como objetivo compreender como a mediação institui dinâmicas polarizadas nos espaços públicos contemporâneos, em relação a experiências da diferença, com foco na presença da população de rua nas cidades. O trabalho estuda os ataques sofridos pelo padre Júlio Lancelotti no *Twitter*, a partir da ótica comunicacional - pensando nas dinâmicas que contribuíram para tais investidas. Além disso, foram examinadas as narrativas dos atores envolvidos - Arthur Moledo Val e Júlio Lancelotti - em relação às experiências da diferença, com foco na presença da população de rua em São Paulo. Para isso, como escopo teórico, lança mão das noções de espaço público no contexto digital, de mediação nos contextos de polarização e do paradigma do estado de exceção. Como metodologia, o trabalho mobiliza as noções do paradigma indiciário, a metodologia da Análise do Discurso e o uso de nuvens de palavras para materializar alguns indícios. A análise revelou o desenvolvimento das dinâmicas polarizadas num contexto de exceção, estabelecido na democracia nacional. Foi identificada também que - um dos pólos descritos - se compromete com a defesa das vidas submetidas a biopolítica do estado que se intensificam nos contextos de publicização das diferenças nos espaços públicos contemporâneos.

PALAVRAS-CHAVE: estado de exceção; mediação; diferenças; polarização.

ABSTRACT: This undergraduate thesis aims to understand how mediatization institutes polarized dynamics in contemporary public spaces, in relation to experiences of difference, focusing on the presence of the homeless in cities. The work studies the attacks suffered by priest Júlio Lancelotti on *Twitter*, from the communicational perspective - thinking about the dynamics that contributed to such attacks. In addition, the narratives of the actors involved - Arthur Moledo Val and Júlio Lancelotti - were examined in relation to the experiences of difference, focusing on the presence of the homeless population in São Paulo. For this, as a theoretical scope, it makes use of the public space notions in the digital context, of mediatization in the polarization context and the paradigm of the exception state. As a methodology, the work mobilizes the notions of the evidential paradigm, the Discourse Analysis and the use of word clouds to materialize some evidence. The analysis revealed the development of polarized dynamics in a context of exception, established in national democracy. It was also identified that - one of the poles described - is committed to the defense of lives subjected to the state's biopolitics that are intensified in the contexts of publicizing differences in contemporary public spaces.

KEY-WORDS: exception state; mediatization; differences; polarization.

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1 - <i>Tweet</i> de Arthur Moledo Val.....	08
Figura 2 - <i>Tweet</i> de Arthur Moledo Val.....	09
Figura 3 - Resposta ao <i>tweet</i> de Arthur Moledo Val.....	09
Figura 4 - Resposta ao <i>tweet</i> de Arthur Moledo Val.....	10
Figura 5 - <i>Tweet</i> de Júlio Lancelotti e resposta.....	10
Figura 6 - <i>Tweet</i> de Arthur Moledo Val.....	38
Figura 7 - <i>Tweet</i> de Arthur Moledo Val.....	40
Figura 8 - <i>Tweet</i> de Arthur Moledo Val.....	41
Figura 9 - <i>Tweet</i> de Júlio Lancelotti.....	41
Figura 10 - <i>Tweet</i> de Júlio Lancelotti.....	42
Gráfico 1 - Nuvens de Palavras do Corpus Textual	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CadÚnico Cadastro Único

DSI Doutrina Social da Igreja

ECA Estatuto da Criança e do Adolescente

GCM Guarda Civil Municipal

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MBL Movimento Brasil Livre

UFMG Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	07
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
1.1 A emergência da diferença: a noção de espaço público democrático em Hannah Arendt.....	13
1.2 Desafios do espaço público nos contextos contemporâneos: as dinâmicas da democracia digital.....	15
1.3 A midiatização e a configuração de cenários de polarização.....	17
1.4 Dialogando com Giorgio Agamben: o Estado de Exceção como paradigma de governo.....	20
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	23
2.1 Os indícios na comunicação midiatizada.....	26
2.2 Materialização do paradigma indiciário: nuvem de palavras.....	24
2.2.1 As nuvens de palavras como indícios.....	28
2.3 Estratégias narrativas e análise do discurso.....	29
RESULTADOS E DISCUSSÕES	32
3.1 A população de rua na encruzilhada contemporânea da Exceção.....	32
3.2 Incontáveis.....	32
3.3 Uma contextualização narrativa de Arthur Moledo Val e Pe. Júlio Lancelotti	36
3.4 Palavras como indícios - nuvens de palavras a partir do Corpus Textual.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47

Apresentação

Ordenado há mais de três décadas, o Padre Júlio Lancellotti se dedica à Pastoral do Povo da Rua da Arquidiocese de São Paulo, dando apoio, acolhimento e cuidado à população em situação de rua (Escobar, 2021). Ele atua na região central da cidade, principalmente nos bairros de Belenzinho, Bresser, Mooca e intermediações, onde distribui alimentos, roupas e auxilia as pessoas em vulnerabilidade a receber atendimento médico.

Sua atuação pastoral e em prol dos direitos humanos foi reconhecida por meio de algumas homenagens, como o [Prêmio Zilda Arns pela Defesa e Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa](#), da Câmara dos Deputados, reconhecendo seu trabalho em benefício da população em situação de rua (2021); o [Prêmio dos Direitos Humanos](#) promovido pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, na categoria “Enfrentamento à Pobreza” (2007); a menção honrosa do Prêmio Alceu Amoroso Lima Direitos Humanos (2005); o Prêmio Nacional de Direitos Humanos, concedido pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos (2004); e o [Prêmio Franz de Castro Holzwarth, da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil](#) por seu trabalho contra a violação sistemática dos direitos das crianças e dos adolescentes (2000). O pároco teve papel importante na fundamentação da Pastoral do Menor da Arquidiocese de São Paulo, ao lado de Dom Luciano Mendes. Além disso, participou dos grupos de fundação da Pastoral da Criança e colaborou na formulação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Apesar de realizar atividades voltadas à caridade e ao acolhimento, o padre é criticado e atacado pela sua atuação. Em 2020 esses ataques tomaram uma proporção maior, à medida que Arthur Moledo Val, então candidato à prefeitura de São Paulo, passou a fazer publicações sobre as atividades do padre em prol das populações em situação de rua.

Arthur Moledo Val foi eleito deputado estadual por São Paulo na 19ª legislatura (2021 – 2023). Além de político, Arthur é *Youtuber* e já passa dos 2.6 milhões de inscritos em seu canal¹. Ele também é membro do Movimento Brasil Livre (MBL) e já possuiu empresas nos setores de transportes, combustíveis,

¹ Acesso no dia 23/07/2022

construção civil e estacionamento. Em 2020, Arthur foi candidato à prefeitura de São Paulo, ficando em 5º lugar na votação.

Enquanto prefeitável, Arthur tinha como uma das principais pautas de sua campanha acabar com a Cracolândia². Entretanto, uma das estratégias de campanha incluía culpar as pessoas que davam alimento para as populações em situação de rua pela permanência deles no centro de São Paulo. Um dos principais alvos dessa culpabilização foi o padre Júlio Lancelotti e a Pastoral do Povo de Rua. Arthur Moledo do Val postou *tweets* mencionando a atuação do pároco na região, chamando-o de “cafetão da miséria”, por alimentar pessoas na rua, como no texto a seguir:

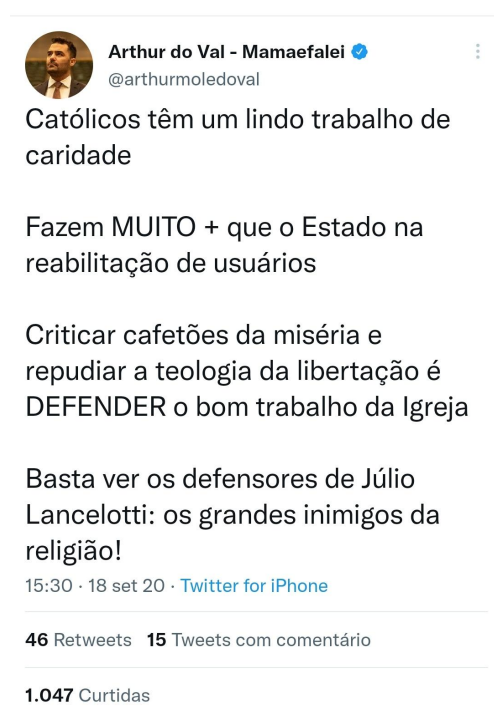


Figura 1 - Tweet de Arthur Moledo Val

Essa exposição midiaticizada do trabalho do padre Júlio Lancelotti rendeu-lhe apoios e ataques, escancarando a polarização existente nos sites de rede social, em especial no *Twitter*. Nesse contexto, vídeos foram usados para alavancar a

² “(...) a “Cracolândia”, uma comunidade que se originou na década de 1990 no bairro da Luz, em São Paulo, após o fechamento da rodoviária, a qual conectava São Paulo com cidades vizinhas. Ao contrário de uma favela, “Cracolândia” é uma comunidade composta por pessoas em situação de rua e que usam substâncias psicotrópicas como o crack. Consequentemente, não se trata de uma comunidade fixa e ela consegue se mover espacialmente quando é ameaçada pela polícia.” (Neto, 2019)

campanha eleitoral e para alcançar possíveis eleitores com crenças semelhantes. Levadas para o âmbito judicial, as falas do deputado, de acordo com o juiz, ultrapassaram o debate político saudável, e, para muito além disso:

Ao contrário, configuram desnecessária atribuição de características pejorativas, desonrosas que acabam por inflamar o ânimo dos eleitores. Inclusive, há nos autos provas de que Lancellotti teria sofrido ameaça (Juiz Eleitoral Emílio Migliano Neto na Representação Nº 0600034-87.2020.6.26.0002, p.3, 2020).

Para o Ministério Público, Artur do Val produziu propaganda eleitoral antecipada, além de calúnia, injúria e difamação contra Júlio Lancellotti. Os vídeos foram retirados do ar por determinação judicial; entretanto, os ataques ao pároco não cessaram. Tanto o sacerdote quanto as pessoas em situação de rua continuaram a sofrer ataques de ódio na internet, sendo insultadas e intimidadas *online*, de maneiras diretas e às vezes não tão diretas assim, mas o discurso de ódio contido nas postagens era claro.

Uma dificuldade encontrada para a caracterização do discurso do ódio está na sua identificação, pois pode ser de forma explícita ou implícita. A incitação pode estar presente no discurso de forma clara ou subliminar. O subjetivismo pode ser uma barreira para a caracterização da agressão. (Santos e Silva, 2020, p. 02)

Durante a campanha, um usuário do site de rede social respondeu o *tweet* de Arthur comparando as pessoas que à época estavam na Cracolândia com zumbis da série *The Walking Dead*:



Figura 3 - Resposta ao *tweet* de Arthur

Figura 2 - *Tweet* de Arthur Moledo Val



Figura 4 - Resposta ao *tweet* de Arthur Moledo Val

A Figura 4 também é uma resposta ao *tweet* de Arthur, mostrado na Figura 2. As motivações financeiras e higienistas são frequentes nos comentários sobre esse tema. Em um *tweet* do padre Júlio Lancelotti, um usuário do *Twitter* comenta de forma irônica:



Figura 5 - *Tweet* de Júlio Lancelotti e resposta

São diversos comentários guiados pela ideia de que as ações da Pastoral do Povo de Rua é a “culpada” pela existência da Cracolândia e pela permanência de pessoas morando nas ruas da região central. Esses ataques virtuais se materializaram fora da internet: o padre afirma que foi ameaçado indiretamente por policiais, que mandaram um “recado” por meio de pessoas atendidas na Pastoral

falando que “a hora do padre Júlio Lancelotti vai chegar” e em outra ocasião, um motoqueiro o teria xingado diretamente, chamando-o de “padre filho da puta defensor de nóia”.

A partir dos fatos citados, a situação leva a crer que pode haver uma relação de causalidade nos ataques subseqüentes aos proferidos pelo deputado. Arthur Moledo Val coleciona milhões de seguidores em suas redes, nas quais tem um alcance substancial. Temos um fato aparentemente contraditório, um padre que ajuda pessoas em situação de rua, algo que supostamente é considerado um gesto nobre, caridoso e cristão, recebe ataques por auxiliar uma população vulnerável. Essa contradição nos leva a questionar a motivação desses ataques a um padre que realiza tal trabalho humanitário e que tem presença ativa nas ferramentas sociais digitais. A culpabilização do padre Júlio Lancelotti indicada por Arthur em seus perfis de sites de rede social pode ser um gatilho para que seus seguidores também responsabilizem o pároco pela permanência das populações em situação de rua no centro de São Paulo. Com a crescente polarização e a falta de políticas públicas adequadas para cumprir os direitos das pessoas em situação de rua ou para dar uma assistência adequada para pessoas usuárias de drogas que estivessem na Cracolândia, culpar uma pessoa é um movimento muito mais fácil do que pensar na raiz do problema.

Neste trabalho, vamos abordar esse caso a partir da ideia de midiatização entendida por José Luiz Braga (2007) como o processo interacional de referência que está se desenvolvendo na nossa sociedade e como a midiatização está vinculada a polarização que se estrutura em nosso tempo. Apesar da ligação entre os processos, não é nossa intenção atribuir o movimento de polarização aos processos de midiatização, pois a teia de relações sociais é por si muito mais complexa e diversa do que este conceito poderia dar conta de abranger. A midiatização nos permite uma abordagem contemporânea do fenômeno comunicacional, pois podemos entender os processos interacionais a partir das facilidades proporcionadas pela tecnologia e pela flexibilidade que foi possibilitada a partir da midiatização das conversações. Pensar no *Twitter* a partir do conceito de midiatização pode ser bastante produtivo, pois esse site de rede social tem sido palco para disputas simbólicas muito relevantes nos últimos anos. Pautas sociais surgem na *timeline* o tempo todo, fazendo do *Twitter* um meio ideal para a publicização de diferenças no ambiente *online*. O conceito de polarização abordado

neste trabalho coaduna com as perspectivas apresentadas por Braga (2020), nas quais o autor entende que a polaridade do momento em que vivemos passa de uma simples discordância de ideias, ela parte para invalidações das diferenças que são, muitas vezes, alvo de violências simbólicas e até mesmo físicas.

A publicização do discurso de ódio às diferenças, sem nenhum tipo de constrangimento, tem se tornado cada vez mais comum; entretanto sua normalidade pode ser questionada, especialmente quando explicitada por pessoas que são eleitas e pagas para cuidar dos interesses da população. Para Quadros e Madeira (2018), algumas categorias de políticos perderam a vergonha de falar abertamente sobre seus posicionamentos, no mote do conservadorismo que emergiu a partir de 2010 envolvendo questões morais e os apelos à repressão à criminalidade. É um novo perfil de políticos da direita que surge, ainda conservadores, mas sem o peso de proximidade com a ditadura militar e sem o ônus político decorrente dessa relação. Essa nova leva de políticos brasileiros está se erguendo por vias democráticas e perdendo o constrangimento de reagir contra pautas progressistas e avanços sociais (Quadros; Madeira, 2018).

Nesse sentido, a partir do estudo de caso dos ataques sofridos pelo padre Júlio Lancelotti, este trabalho possui como objetivo geral compreender como a mediação institui dinâmicas polarizadas nos espaços públicos contemporâneos, em relação a experiências da diferença, com foco na presença da população de rua nas cidades. Além disso, são objetivos específicos: i) examinar as estratégias narrativas de padre Júlio Lancelotti no *Twitter*, diante da presença da população de rua de São Paulo; ii) examinar as estratégias narrativas de Arthur Moledo Val diante da presença da população de rua de São Paulo.

Nossa discussão começa a partir das noções de Hannah Arendt sobre o espaço público democrático, considerando a publicização das diferenças na construção de um lugar comum. Além disso, trazemos as ideias de espaço público digital em diálogo com os conceitos arendtianos. Seguindo por essa seara, tomamos o conceito de mediação de José Luiz Braga como central para caracterizar as atualizações das dinâmicas comunicacionais contemporâneas. Por fim, trazemos o entendimento do filósofo italiano Giorgio Agamben sobre estado de exceção e paradigmas de governo. Braga continua contribuindo para nosso trabalho com seus estudos indiciários, metodologia comunicacional importante para o desenvolvimento do nosso tema. Trazemos também a representação gráfica em

forma de nuvens de palavras para agregar nas nossas análises e seguimos com uma abordagem da Análise do Discurso para entender as estratégias narrativas mobilizadas pelos atores sociais que fazem parte do nosso estudo de caso.

1.0 Fundamentação Teórica

1.1 A emergência da diferença: a noção de espaço público democrático em Hannah Arendt

As tentativas de proscricção do espaço público daquilo que é diferente têm tido êxito nas sociedades, especialmente a partir da modernidade, quando o crescimento do individualismo começa a se acentuar. Nas análises de Hannah Arendt (1958), encontramos os alicerces para refletir sobre a importância do espaço público para a construção do mundo comum que os indivíduos compartilham, além da apreensão das questões comuns, da experiência e da realidade coletiva. Segundo a autora, para a formação de um “senso comum” capaz de dar visibilidade às diferenças ao mesmo tempo em que as valida, é necessário que os homens compartilhem suas coisas em comum e as discutam tendo em mente que dividem um destino em comum.

A dissolução do espaço público é também a perda da singularidade de cada um, a perda do espaço onde todos podem aparecer, ter visibilidade e reconhecimento. A construção de tal reconhecimento é feita por meio do *discurso* e da *ação*, ligados diretamente à pluralidade humana. É pela ação e pela capacidade de realizar coisas novas que o ser humano demonstra e confirma sua singularidade. O discurso é necessário para fazer com que as ações sejam vistas e tenham significado na construção do mundo humano. Para Arendt, as coisas no mundo só se tornam humanas quando podemos partilhá-las com nossos semelhantes. Ou seja, a ação necessita da palavra para que a sua obra se complete no mundo. O registro do discurso que narra as ações é determinante e tais palavras são transformadas em uma história comum.

A partir da modernidade, com as transformações dos valores vigentes, há uma ruptura com a tradição e com a religião. Nesse contexto as mudanças sociais ocorrem de formas muito mais rápidas, deixando os indivíduos “perdidos”, sem conseguir acompanhar os fluxos de mudança. Nesse sentido, Arendt questiona

onde poderia se apoiar a capacidade de discernimento entre o certo e o errado, a mentira e a verdade, em um mundo secularizado e em constante transformação.

A filósofa se atém ao rompimento ocorrido na Grécia antiga, quando as reformas da democracia permitiram aos homens, filhos de pais e mães atenienses, o direito à cidadania. Até então, somente os homens mais velhos das famílias, os patriarcas, detinham o direito à participação na esfera pública. Ao acessar o espaço público e estarem, momentaneamente, em pé de igualdade com os patriarcas, os homens mais jovens saíam do estado de conformismo, que marcava a relação de submissão e dependência na relação com os chefes do culto doméstico e, naquele espaço da Eclésia, podiam defender causa própria.

Hannah Arendt propõe a leitura histórica desses fatos para o entendimento da esfera pública como local de organização política. A esfera familiar era privada, sendo construída em uma relação de servidão ao homem mais velho da casa, de onde surge o conceito de conformismo dos outros membros da família, que necessitavam do patriarca para sobreviver. A casa (*oikoiá*) é oposta à esfera pública na medida em que, nela, as diferenças ficam “escondidas”, é dominada pelo conformismo e não há debate, enquanto a esfera pública proporciona a liberdade para agir e a igualdade entre os cidadãos através da organização política (*bio politikos*).

A autora argumenta que no estado moderno e contemporâneo, as pessoas voltaram a se conformar, entretanto, agora esse conformismo não é mais em relação à família e sim ao Estado. Tal conformismo burocrático em relação ao estado é considerado fator primário para o surgimento de um sistema totalitarista. O estado se utiliza de estratégias de controle e poder, se valendo da burocracia, das leis, das normas e das regulamentações. Tal recurso de controle pode ser identificado, inclusive, no Estado Democrático.

Por se manterem muito focadas na sua individualidade como verdade absoluta, as pessoas passaram a ignorar a existência de outrem no mundo, considerando a existência de outros indivíduos supérflua e irrelevante. Esse movimento causa uma projeção dos interesses, vivências e critérios privados na esfera pública, contribuindo para uma tendência para que hajam investidas impositivas, que tentam

tornar regra essas ideias particulares e que tais regras tenham validade coletiva. Essa lógica de violência é fatal à esfera pública e a interação humana por conseguinte.

Desta forma, é possível afirmar que o aparecimento da diferença no espaço público tem o poder de fortalecer, no projeto político-filosófico de Hannah Arendt, a construção de um mundo comum e se faz cada vez mais necessária na contemporaneidade, já que a intensificação da individualidade e do conformismo contribuem de forma pungente para a dissolução do espaço público. O reconhecimento da pluralidade humana e da validade das vivências criam meios para a ação, tornando as coisas do mundo cada vez mais humanas.

O pensamento de Hannah Arendt prioriza as interações entre indivíduos e entre indivíduos e instituições. Entretanto, suas análises não abrangem fatos do complexo quadro social que envolve a atividade política como a relação entre mídia e política e entre as instituições e a mídia. Desta forma, devemos lançar mão de outras referências mais atuais para abranger os pontos citados e, especialmente, o espaço virtual e seu caráter abstrato.

1.2 Desafios do espaço público nos contextos contemporâneos: as dinâmicas da democracia digital

Entender a relação dos cidadãos com os dispositivos digitais e espaços virtuais como estratégicas para compreender as dinâmicas que surgem na contemporaneidade é essencial, tendo em vista a evolução tecnológica e como ela impacta nas configurações do que chamamos de espaço público. Com a popularização da internet no Brasil e, especialmente após a popularização de dispositivos móveis conectados à rede, milhares de pessoas acessam ferramentas digitais de interação todos os dias, se comunicando com outros indivíduos que podem estar do outro lado do planeta ou do outro lado da rua com a mesma velocidade. Essa possibilidade de intercâmbio de ideias viabilizaria uma expansão do espaço público, das possibilidades de interação e visibilidade das diferenças, entretanto, a complexificação social e de suas estruturas comunicacionais gerou um fenômeno de descolamento da esfera pública de sua presença apenas física, agora ela passa a integrar o espaço virtual, tornando-se, nesse limiar, mais abstrata.

O espaço público para Hannah Arendt é, em resumo, a reunião de indivíduos para discutir assuntos comuns, que podem afetar àqueles que convivem em um mundo comum. Sendo assim, o espaço público estaria assegurado pelas palavras e diálogos, onde todos poderiam ser ouvidos e ter poder de decisão de forma pacífica. Todavia, quando adentramos na seara do espaço virtual, as coisas mudam de figura, é necessário examinar os impactos do espaço virtual sobre as práticas políticas contemporâneas e como isso impacta na vida material dos indivíduos.

A apropriação de ferramentas digitais modificou profundamente as relações indivíduo-indivíduo, indivíduo-grupos e também as interações indivíduo-instituição. Nossa percepção espaço-temporal foi alterada pelas interações *online*, novas formas de agrupamentos sociais foram se definindo, assim como novas formas de conversação e identificação ([Lemos, 2003](#); [Thompson, 2008](#)). No início do século, havia a esperança de que essas conexões pudessem possibilitar a democratização da informação, facilitar a participação popular em debates e que o acesso se tornasse um trunfo para minorias ampliarem suas vozes. Existem empreitadas nesse sentido que se sobressaíram, entretanto, ainda não são suficientes:

Para os defensores das posições mais atenuadas, há certo desânimo na constatação de que, pelo menos até agora, as pesquisas empíricas predominantemente apontam para o fato de que a internet representou mais instrumentos nas mãos dos poucos que já participavam do que uma possibilidade de aumento dos interessados em participação. No conjunto, até o modelo genérico de internet livre, que resistiu em grande parte às investidas governamentais para o controle de conteúdo e acesso, parece cada vez mais um território ocupado pela web comercial. Não restou aos participacionistas digitais que a perspectiva segundo a qual o incremento de meios e oportunidades de participação via internet faz parte de uma tarefa maior e dotada de implicações que se situam além do universo digital: uma grande tarefa de requalificar os regimes democráticos contemporâneos por meio de maior e mais qualificada participação civil. ([Gomes, 2010, p. 04](#))

Dessa forma, entendemos aqui a democracia digital a partir de uma abordagem mais comunitarista (ou republicana), não como algo a substituir a democracia representativa, mas sim no âmbito do envolvimento das populações em diálogos democráticos, em tornar informações e conhecimentos acessíveis para que possam ser agregados a movimentos populares e espaços em que os cidadãos tenham a oportunidade de colaborar na construção democrática do país.

1.3 A midiatização e a configuração de cenários de polarização

A impreterível coexistência entre crenças e pontos de vista divergentes deixa ainda mais nítidas as assimetrias e os conflitos entre as partes envolvidas no processo democrático construído no espaço público. Em um cenário internacional, cada vez mais marcado pela polarização, alguns países se destacam negativamente em relação às pautas de desenvolvimento de arranjos sociais de pluralidades e diferenças que emergem a partir de demandas comuns. Nesse contexto, o aperfeiçoamento das tecnologias, a midiatização e a informatização sistemática das atividades da vida em sociedade estão alcançando a maior parte das coisas humanas, fazendo com que nossas vivências sejam cada vez mais mediadas por tecnologias e dispositivos.

Com a popularização da internet no Brasil, as relações sociais vêm sendo constantemente reformuladas e afetadas pelas evoluções tecnológicas, colocando assim esse dispositivo midiático em uma posição de centralidade da construção do objeto comunicacional contemporâneo (Braga, 2000). A partir da perspectiva de José Luiz Braga (2006), podemos caracterizar a internet como o processo interacional de referência em adiantada implantação no contexto espaço-temporal ao qual nos debruçamos.

“(...) “processo interacional de referência”: não se trata apenas de hegemonia na preferência por determinados modos de interação; mas também de uma perspectiva de organização da sociedade. Entendemos que os processos interacionais de referência são os principais direcionadores na construção da realidade social.” (Braga, 2006, p. 03)

Esse fenômeno de midiatização, para o autor, pode estar diretamente ligado a outra situação que se apresenta na vida moderna - a polarização. Sendo assim, podemos observar que uma parcela considerável das disputas discursivas que caracterizam essa polarização ocorrem no âmbito virtual, se utilizando da midiatização como processo interacional de referência, como espaço de disputa pública principal. Tal exposição midiatizada de crenças e pontos de vista divergentes tem o poder de ser um espaço de reconhecimento de diferenças, avaliando a partir de uma ótica comunicacional. Esse espaço público midiatizado poderia ser não um espaço de consenso, mas um ambiente propício à negociação de diferenças.

Entretanto, não é de fato o que tem sido praticado com o uso e a propulsão de relações sociais possibilitadas pelas tecnologias.

Assistimos ao avanço de partidos e organizações que se negam a aceitar a validade da existência do que difere de suas crenças. Tais grupos somente aceitam o semelhante, tentando impor um padrão ou pensamento único, um ponto de vista limitado sobre a sociedade. Para tal, são utilizadas estratégias de intolerância, proposições excludentes, notícias falsas (mentiras), má-fé argumentativa, proposições excludentes e a hostilização de quem se posiciona de forma contrária (Braga, 2020).

Existe um paralelo entre o conceito de Espaço Público discutido por Hannah Arendt e a perspectiva de comunicação no ambiente social abordado por Braga (2020). Arendt trata o Espaço Público como a arena onde as diferenças podem ser publicizadas, onde as singularidades podem ter visibilidade e, desta forma, através do discurso e da ação, essas diferenças passam a ser reconhecidas socialmente. Já Braga trata a comunicação como aquilo que viabiliza a interação das diferenças humanas, não no sentido de consenso, mas para constituir o reconhecimento das diferenças humanas em busca de articulações e negociações para a coexistência em sociedade.

É nesse espaço público em que o fenômeno da polarização aparece e se desenrola, se mostrando como uma questão comunicacional enquanto produto das diferenças construídas pela convivência em sociedade. Todavia, a polarização não deve ser equivocadamente compreendida como a divergência de posicionamentos ou debate de ideias – para além das diferenças, na polarização não há debate. Dessa forma, em contextos polarizados, para muito além de perspectivas distintas, as alteridades são alvo de violências, sejam elas simbólicas, sejam físicas, ao invés de negociações e reconhecimento das diferenças. A formatação binária que constitui a polarização, especialmente quando se trata de um pólo dado a radicalismos, reduz o outro àquilo que o faz diferente, limitando cada vez mais as possibilidades de diálogo e visibilidade.

Apesar da tendência binária da polarização se caracterizar por “lados” ou “polos”, essa estrutura dificilmente é simétrica. Cada polo pode estar, em algum

nível, com mais ou menos razão do que seu opositor, sendo compostos de falhas e acertos. Além da possibilidade de um dos lados possivelmente apresentar mais razão que o outro, dificilmente ambos estarão equilibrados estruturalmente em relação ao poder exercido, seja este poder político, físico, material, econômico ou social. Tal desequilíbrio de controle desfaz totalmente a ideia de simetria em uma situação polarizada, pois o lado que detém mais autoridade se coloca facilmente na posição de opressor e o outro lado, torna-se oprimido, agravando ainda mais a conjuntura da intolerância.

(...) as situações de polarização podem ser fortemente assimétricas, na realidade social – situando um dos polos na posição de opressor e o outro, na posição de oprimido. É onde aparece com resultados mais graves a questão da intolerância. A desigualdade de forças leva ao cerceamento, à coação sem argumentos e ao impedimento da autodefesa (Braga, 2020).

Neste lugar, obviamente, não é possível colocar em mesma posição de comparação dois pólos opostos; a partir da perspectiva de intolerância trabalhada por braga, e relatada anteriormente, os contextos contemporâneos são motivados por processos polarizados, mas neles há um dos pólos que reúne, em si mesmo, as condições de violência e de destruição do outro - algo com arendt identificou em contextos de emergência de disposições fascistas e/ou totalitárias. Sendo assim, o reconhecimento da polarização demanda, academicamente, a identificação de um jogo de forças no qual o poder mostra-se como disponível a um projeto supostamente liberal e igualitário, embora implementado por práticas de desconsideração e deslegitimação das particularidades e diferenças existentes em cada contexto.

Nesse lugar, não é justo, portanto, que dois pólos presentes num contexto de espaço público sejam tomados igualmente como tributários de um processo que vai de encontro aos atributos democráticos - uma vez que a intensificação da distância entre os pólos parece se dar mais em função de um deles, promovedor de desrespeito, violência e injustiça inaceitáveis pelo outro.

Apesar dessas dinâmicas polarizadas desenvolverem-se em um ambiente midiático, não consideramos a midiaticização em curso como estopim causador de tais processos. A polarização, apesar de afetada pela midiaticização, não é

diretamente causada por ela, mas sim parte dessa manifestação coletiva, desencadeada por outros fatores, como processos de exclusão, violências e retirada de direitos. Sendo assim, no tópico a seguir, buscaremos compreender como um dos pólos presentes em cenários contemporâneos do espaço público, é afetado por disposições fascistas e por práticas de exceção.

1.4 Dialogando com Giorgio Agamben: o Estado de Exceção como paradigma de governo

O filósofo italiano, Giorgio Agamben propõe o entendimento do Estado de Exceção como um paradoxo jurídico, que se faz presente não só em regimes ditatoriais ou de guerra – mas como um dispositivo frequentemente utilizado em regimes democráticos constitucionais. Em sua obra “Estado de Exceção”, o termo que dá nome ao volume, é entendido como um ponto de desequilíbrio entre o direito público e o fato político, estando em uma posição incerta entre o jurídico e o político.

É pensando no conceito de necessidade usado na antiguidade, próprio da literatura jurídica, que Agamben evidencia o *adagio* latino “*necessitas non habet*”, que pode ser lido como “a necessidade não tem lei”, ou ainda – para o filósofo – também pode significar “a necessidade cria sua própria lei” ou “a necessidade não reconhece nenhuma lei. Ele ainda conclui analisando: “Mais do que tornar o lícito o ilícito, a necessidade age aqui como justificativa para uma transgressão em um caso específico por meio da exceção.” (Agamben, 2004)

Nos regimes democráticos atuais, Agamben situa que no estado de exceção contemporâneo, há uma tendência a tentar integrar a exceção na ordem jurídica vigente. Para o autor, nas democracias modernas, experimentamos um estado de exceção intrínseco à legalidade vigente e tal experiência é intensificada pela desigualdade entre as pessoas “cidadãs” e o judiciário, além da expressividade preocupante de atores políticos autoritários.

Antes de sermos sujeitos de direitos, para Agamben, somos sujeitos ao soberano: como pressuposto para que tenhamos isso, as bases estão atreladas ao estado de exceção como fundamento da ordem jurídica. Nesse sentido, o autor resgata o conceito do direito romano de *Homo Sacer* – indivíduo que ao ser declarado como tal tornava-se “matável”, ao mesmo tempo que era “insacrificável” –

pois sua morte não poderia ser efetuada de acordo com a tradição, entretanto ele poderia ser morto sem que o executor fosse onerado pelo ato. Este indivíduo se encontrava fora de jurisdições, em estado de desamparo e desprovida de direitos e cidadania e submetida a viver em *estado de exceção*. Na contemporaneidade, Agamben associa a figura do *Homo Sacer* a pessoas refugiadas, prisioneiros entre outros.

O poder soberano, para Agamben, garante sua soberania sobre a vida politizada do homem criando as condições da sua vida, tendo de forma bem marcada o poder de decisão sobre o próprio status da vida do homem. A partir desse pensamento, a noção agambeniana de *Homo Sacer* se contrapõe e nos direciona a uma leitura crítica das nossas percepções de cidadania, de povo e de sujeito de direitos. Na contramão da cidadania, o estado soberano cria vidas nuas, impedindo-as de acessar seus direitos e garantias. Esse espaço aberto quando a exceção se torna a regra inaugura um novo paradigma jurídico político, ocasionado pela conversão da política em biopolítica - ou seja, uma vida capturada pelo poder saber do Estado e seus atravessamentos pela Ciência e pelo Mercado, em visada foucaultiana - e a diferença entre cidadão e *Homo Sacer* se torna turva e indistinta.

A partir da percepção do *Homo Sacer*, nos valem novamente da discussão acerca dos dispositivos proposta por Agamben. O autor recupera as noções de dispositivo propostas por Foucault, Heidegger e algumas abordagens relacionadas à religião, dialogando com as ideias fundatórias do conceito. Agamben estabelece uma conexão entre dispositivos e as relações de poder contemporâneas, apresentando a abrangência do conceito que vem sendo discutido há séculos e atualizando para a aplicação nas instituições modernas. Para o autor, os dispositivos presentes na contemporaneidade agem implicitamente em um movimento de dessubjetivação dos sujeitos.

(...) numa sociedade disciplinar, os dispositivos visam, através de uma série de práticas e de discursos, de saberes e de exercícios, à criação de corpos dóceis, mas livres, que assumem a sua identidade e a sua "liberdade" de sujeitos no próprio processo do seu assujeitamento (Agamben, 2009).

O sujeito descrito por Agamben é reduzido a um número, alguém que perdeu a sua subjetividade, uma estatística. Nessa perspectiva, os dispositivos controlam a

subjetividade dos sujeitos, recompondo-os de forma que “Na não-verdade do sujeito não há mais de modo algum a sua verdade” (Agamben, 2009, p. 147).

À luz dos estudos agambenianos, é possível abordar o contexto de exclusão e dessubjetivação das populações em situação de rua. As relações sociais que permeiam as discriminações sofridas pelas pessoas em situação de rua são amplificadas por problemas sociais com raízes profundas, como o racismo, o preconceito de classe, a misoginia, entre outros. Os indivíduos são julgados e estigmatizados por sinais simbólicos e históricos:

(...) o estigma é constituído de símbolos. Esses símbolos estão presentes nas formas como as pessoas estão reconhecidas, como também em materiais concretos e em aspectos corporais. No caso das pessoas em situação de rua, esses signos poderiam ser representados pela pele desgastada, pela sujeira no corpo, pelas sacolas carregadas, pelo cheiro de suor, pelas doenças, pela loucura e pelo espaço público como morada ([MOURA JR; XIMENES; SARRIERA, 2013, p. 19](#)).

O estranhamento das diferenças presentes nas relações com as populações em situação de rua gera conflitos entre a sociedade civil e as instituições, entre essas pessoas empurradas para a margem da sociedade e corporações, como as polícias e guardas municipais. Com o objetivo de dar comida, roupas e atenção às pessoas em situação de rua, o Padre Júlio Lancelotti figura como importante ator desses conflitos, saindo em defesa dos direitos dessas pessoas, as quais têm suas necessidades básicas negadas e reprimidas.

A atuação do sacerdote estabelece atos sólidos de objeção de consciência, que para [Zamora \(2002\)](#) pode, em alguns momentos, ser confundida com desobediência civil, porém se distanciam à medida que a objeção de consciência preza por não desobedecer leis, ao passo que a desobediência civil se vale da desobediência ao direito para se validar. Os atos de objeção de consciência se diferenciam também em um nível de motivação, pois se baseiam em princípios morais e éticos, enquanto os atos de desobediência civil se motivam por questões políticas. Contudo, nessa definição, os conceitos se confundem quando se trata da atuação do padre Júlio - suas ações também estão pautadas em questões políticas. Para além das suas motivações morais, éticas e religiosas, o pároco se posiciona de forma política constantemente - o que nos leva a outras definições da objeção de consciência para situá-lo neste lugar.

Nesse sentido, os atos de objeção de consciência são realizados individualmente pelo padre Júlio Lancelotti, pois partem de uma consciência particular. Entretanto, tal pensamento pode ser compartilhado com outros objetores, como menciona Zamora (2002 p. 324) “(...) a atuação individual do objetor de consciência não é um obstáculo para que ele se una a outros objetores para aumentar sua eficácia. Mas mesmo neste caso, cada um dos objetores luta por sua própria consciência.(...). Bons exemplos são as ajudas financeiras que o pároco recebe, vindas pessoas motivadas por pensamentos diversos, sejam eles de cunho religioso, humanitário, social ou assistencial.

Muitas vezes ambas têm pontos de conexão e objetivos semelhantes, como reagir a injustiças e a arbitrariedades e se realizarem sem o uso de violência (Zamora, 2002).³ Ambas as formas de reivindicação se mantêm alinhadas ao sistema democrático, realizando oposição a políticas de governo, mas com respeito ao ordenamento jurídico com um todo.

É a partir daí que analisamos os conflitos entre o padre Júlio Lancelotti e Arthur Moledo Val, que tem como estopim as ações do sacerdote nas ruas do centro de São Paulo para entregar comida, ajuda, roupas e um pouco de atenção às pessoas em situação de rua, na maior cidade do país. A maior parte dos ataques ao pároco ocorreram *online*, por meio de postagens em ferramentas sociais digitais⁴ e plataformas como o *YouTube*, *Instagram*, *Facebook* e *Twitter*. A análise desses conflitos será apresentada a seguir, com foco no *Twitter*, como apresentado na introdução deste trabalho.

2.0 Procedimentos Metodológicos

2.1 Os indícios na comunicação midiaticizada

Para compreender as interações e conflitos entre o padre Júlio Lancelotti e Arthur do Val, vamos nos apoiar no paradigma indiciário como proposta epistemológica para estruturar a metodologia. Ao escolher o paradigma indiciário consideramos as seguintes perspectivas: i) buscamos constituir uma análise de caso individual, sendo possível realizar inferências sobre o objeto a partir de pistas e

³ Zamora, pág. 321. (2002)

⁴ Conforme conceituação de Recuero (2009), as ferramentas digitais sociais, como o *Twitter*, *Facebook* etc. não são sinônimo de “redes sociais”.

indícios que lhes são particulares; ii) não buscamos aqui estabelecer leis ou regularidades que possam englobar experiências diversas; iii) iniciamos a pesquisa com a perspectiva de ler traços que, a primeira vista, seriam “negligenciáveis”, detalhes que poderiam passar despercebidos. A decisão pelo paradigma indiciário considerou não somente uma mera coleção de indícios, é algo que ultrapassa o objeto de forma concreta - nossas tentativas se pautaram em abranger os pressupostos implícitos e tensioná-los com as pistas identificadas e com as perspectivas teóricas. (Braga, 2008; Mafra, 2011)

Para Braga (2008, p. 78), "A própria lógica do trabalho com situações singulares relaciona diretamente o paradigma indiciário com os estudos de caso." Na visada comunicacional, tal paradigma contribui para o estudo de casos singulares que, por muitas vezes, necessitam de percepções dos indícios que permitam uma distinção adequada entre os elementos.

Ao contrário de concepções nomotéticas, o paradigma indiciário não tem a intenção de estabelecer padrões, critérios, leis ou regularidades que sirvam de “fórmula” para todas as investigações futuras. A comunicação, enquanto disciplina, encontra sustentação ao trabalho de investigação em três pilares,

- a) leis e regularidades expressas em teorias de áreas vizinhas – mormente sociologia e lingüística, mas eventualmente também em outras ciências nomotéticas do homem (demografia, economia, psicologia...);
- b) conhecimentos sobre o mundo, derivados de outros modos de observação e análise, em disciplinas não-nomotéticas (normativas, etnográficas, históricas, interpretativas...) que, abordando ou não questões comunicacionais, lograram constituir espaços de reconhecimento sobre fenômenos humanos e sociais suficientemente abrangentes para serem usados com conhecimento estabelecido e como fundamento teórico-metodológico transferível a questões de Comunicação;
- c) proposições abrangentes derivadas de elaborações ensaísticas ou de especulação filosófica – gerados diretamente «na área» ou a partir de áreas vizinhas quando estas pensam questões de seu interesse, mas que confluem com preocupações da área da comunicação. (Braga, 2008, p. 74)

Ao passo que os indícios se revelaram e abriram caminho para outros, pudemos produzir inferências e perceber que, por mais inexpressivo que o indício se mostrasse, quando vinculados às teorias, aos outros indícios coletados, o tensionamento das pistas delineava possibilidades para a pesquisa. Desta forma, podemos realizar uma análise dos episódios de interação ocorridos entre o padre Júlio Lancellotti e Arthur Moledo Val, ocorridos de forma midiaticizada por meio da plataforma *Twitter*.

A partir da análise de alguns *tweets* dos atores sociais mencionados construímos o arcabouço de indícios que compõem a pesquisa. Para Braga (2008), é o conjunto de indícios, relacionados pela pesquisa, que permite encontrar significado, percebendo o tensionamento entre as próprias pistas, pois, muitas delas podem parecer irrelevantes em um primeiro momento. A proposta indiciária se estabelece numa tentativa de superar a simples aplicação de conceitos teóricos, investigando o objeto de forma a examinar as suas estruturas relacionais e o contexto no qual ele está inserido, considerando aspectos que transpõem visões simplistas e voltadas somente para provar a eficiência de teorias.

Ao longo deste trabalho nos valem de estudos de áreas como a filosofia, o direito, a antropologia, a sociologia, entre outras. Essa transdisciplinaridade intrínseca do campo da comunicação contribui muito para nossa pesquisa, pois nos permite construir uma leitura específica, sob o olhar comunicacional, ao mesmo tempo que conseguimos validações de outras áreas do conhecimento a partir de outras disciplinas. Da mesma forma, os estudos comunicacionais contribuem amplamente para o desenvolvimento de pesquisas em outras áreas, especialmente no que tange à “(...) centralidade cada vez maior assumida pela mídia, o aparecimento dos meios digitais e das redes telemáticas (...)”.⁵ Assim, a comunicação contribui cada vez mais para os estudos e análises realizadas sobre a vida moderna, conquistando cada vez mais espaço nos estudos das Ciências Humanas e Sociais (França, 2001).

“(...) poderíamos dizer que dificilmente, hoje, uma análise de qualquer dos aspectos da vida social vai prescindir da referência aos meios de comunicação e aos fluxos de informação. Sendo assim, vamos constatar então que toda a reflexão contemporânea (dentro do campo das ciências sociais) desenvolve estudos da comunicação – e pode ser incluída no elenco das teorias da comunicação? Mas então, qual é a especificidade dessa área?” (França, 2001)

Com essa perspectiva, abraçamos contribuições teóricas de outras áreas, de modo que pudéssemos tensioná-las sob a luz das teorias da comunicação juntamente com o objeto pesquisado. A perspectiva comunicacional marcada neste trabalho nos permite, através do olhar - ou do viés - da comunicação avaliar uma situação específica, utilizando teorias sólidas, mas sem perder de vista as particularidades e indícios para os quais o próprio objeto nos guia.

⁵ (França, 2001)

Para Braga (2016) a importação teórica de outras áreas do conhecimento pode ser produtiva, no entanto, “(...) devemos trabalhar as teorizações oferecidas pelas demais ciências humanas e sociais em perspectivas que as aproximem da comunicação.”. Evidentemente, ao aportar em campos teóricos e metodológicos oferecidos por outras áreas é necessário “pagar o pedágio” cobrado por elas, como propõe Braga, adotando os sistemas de métodos e respeitando estratégias de conhecimento. Ainda assim, buscando contribuir para o campo da comunicação, é importante a realização de um movimento de confluência entre as teorizações. Em nível tático, a comunicação tem força especialmente em trabalhos empíricos, onde temos uma gama diversa de possibilidades e podemos fazer as perguntas certas que são propriamente comunicacionais

Ao fazer um estudo de caso, o pesquisador que o inscreva em reflexões sobre o campo perguntará que lógicas interacionais são relevantes para seu funcionamento; e como essas lógicas se relacionam com processos sociais outros que caracterizam o fenômeno. Para poder perceber tais relações, será preciso inferir, através do exame de indícios pertinentes para isso, o que é propriamente comunicacional e o que deriva de circunstâncias sociais de outras ordens, «modulando» a comunicação. (BRAGA, 2008, p. 87)

Os indícios, em nossa pesquisa, estão em toda parte. Estratégias narrativas são indícios, assuntos abordados são indícios, argumentos mobilizados são indícios. Assim, entendemos que a criação de nuvens de palavras a partir do corpus textual de *tweets* que analisamos poderia contribuir de forma significativa para o desenvolvimento de nosso trabalho, pois as expressões mobilizadas pelos atores dizem muito a respeito dos seus posicionamentos em relação aos temas tratados.

2.2 Materialização do paradigma indiciário: nuvem de palavras

Este trabalho tem como objetivo compreender como a midiatização institui dinâmicas polarizadas nos espaços públicos contemporâneos, em relação a experiências da diferença a partir da análise das estratégias narrativas de Arthur Moledo Val e Pe. Júlio Lancelotti. As reflexões deste estudo foram feitas em caráter descritivo-analítico, tomando o paradigma indiciário como método de análise dos indícios expostos. Técnicas de mineração de dados (*Data Mining*)⁶ também foram

⁶ Conjunto de técnicas e procedimentos usados para recolher informações a partir de dados brutos. Possibilita a análise de grandes volumes de dados para extração de material.

utilizadas para a análise qualitativa, na organização dos dados e conformação das nuvens de palavras.

Para compor as nuvens de palavras foram utilizados os *tweets* das contas do padre Júlio Lancelotti (@pejulio) e do, na época candidato a prefeito da cidade de São Paulo, Arthur Moledo Val (@arthurmoledoval). No perfil do *Twitter* de Júlio Lancelotti, a pesquisa foi feita a partir dos seguintes termos: "cracolândia" OR "Arthur" OR "mamãefalei" OR "GCM" OR "aporofobia" (from:pejulio) until:2020-12-31 since:2020-01-01. Já no perfil do *Twitter* de Arthur Moledo Val, a pesquisa foi feita a partir dos seguintes termos: "cracolândia" OR "padre" OR "lancelotti" OR "julio" OR "mamãe OR falei" OR "GCM" (from:arthurmoledoval) until:2020-12-31 since:2020-01-01. Nessa pesquisa, as palavras entre aspas são as que ordenamos pesquisa, o termo "OR" indica que a próxima palavra também deveria estar inclusa nos resultados e o "from" informa em qual perfil a pesquisa deve ser feita. A pesquisa foi realizada entre o dia um de janeiro de 2020 e 31 de dezembro de 2020, o limite da data é indicado pelos comandos "since" e "until".

O processo de coleta dos dados foi realizado manualmente, o que demandou um tempo considerável. As nuvens de palavras foram resultado da pesquisa feita a partir dos comandos descritos acima. A adoção dessa metodologia proporcionou uma aproximação mais eficiente do objeto, considerando a necessidade de entender de forma mais qualitativa.⁷ Os pacotes "tm" e "wordcloud", do software "R", foram utilizados para editar o arquivo de texto e criar as nuvens de palavras. Quanto maior a frequência de uso da palavra, maior ela aparece na nuvem.

No período de análise, Júlio Lancelotti fez 41 *tweets* em sua conta que incluíam os termos descritos acima. Destes, nenhum continha somente escrita de texto; 9 eram vídeos; 2 eram fotos e 29 textos com links que direcionam para a conta de Instagram do padre e 9 para notícias de outras páginas, como *Youtube* e sites de notícias. No período de análise, Arthur Moledo Val fez 49 *tweets* em sua conta que incluíam os termos descritos acima. Destes, 32 eram somente escrita de

⁷ Inicialmente tínhamos a intenção de fazer a análise a partir do método de Análise de Redes Sociais (ARS), utilizando a teoria dos grafos para estudar os padrões de relações e a formação de grupos sociais e as comunidades online formadas pelos atores sociais aqui abordados. Contudo, devido a limitações das APIs (interfaces de programação de aplicativo) do *Twitter*, não foi possível extrair os dados e analisar os grafos para enriquecer o nosso trabalho. Desta forma, as nuvens de palavras contribuíram para o enriquecimento do nosso trabalho.

texto; 5 eram vídeos; 7 eram fotos e 5 textos com links que direcionam para outras páginas, como *Youtube* e sites de notícias.

2.2.1 As nuvens de palavras como indícios

As nuvens de palavras são representações visuais da frequência de palavras e da hierarquia e forma em que elas são utilizadas naquele contexto. Para nossa pesquisa, o léxico utilizado pelos atores figura como indício importante da narrativa construída por eles. A escolha de palavras pode indicar posicionamentos sobre os assuntos discutidos, a forma como cada ator age perante as situações e para quais públicos ele está falando.

O fenômeno comunicacional se realiza em episódios de interação, entre pessoas ou entre grupos e, no nosso estudo de caso, de forma mediatizada (Braga, 2017). As escolhas de usar ou não determinadas expressões fazem parte do desenvolvimento das interações, que envolvem uma gama de circunstâncias, processos, participantes e objetos - o que influencia diretamente na construção social da realidade. A partir disso, as nuvens de palavras nos auxiliam a coletar indícios dessa comunicação mediatizada dos atores pelo site de rede social *Twitter*, para compreender as narrativas e intencionalidades presentes no discurso.

Para esse estudo de caso, começamos levantando os indícios iniciais - os *tweets* feitos pelo padre Júlio Lancelotti e por Arthur Moledo Val no ano de 2020. É relevante mencionar que a escolha do ano não foi por acaso, pois nesse período aconteceram as eleições para prefeito de São Paulo, sendo Arthur um dos candidatos. A partir daí nos debruçamos em entender a relevância do objeto de pesquisa e das perguntas insurgentes. Com os conjuntos de indícios em mãos, fizemos a escolha de utilizar a nuvem de palavras para categorizá-las e fundamentar um corpus a partir de uma seleção justificada - nesse caso, a frequência de aparecimento das palavras. Baseados nisso, buscamos tensionar a nossa situação empírica com as bases teóricas escolhidas e com o problema de pesquisa para, daí, fazermos inferências sobre o fenômeno estudado.

O estudo indiciário do nosso caso através das palavras identificadas nas nuvens complementa o estudo de caso à medida que nos oferece ângulos diferentes para observar o objeto. A contribuição de tais indícios é pertinente pois,

“Mais do que «aplicar» teorias e conceitos para apreender, categorizar ou «explicar» completamente um objeto ou situação empírica, trata-se de «problematizar» o caso em estudo a partir dos fundamentos adotados.” (Braga, 2008).

Ademais, após as possibilidades oferecidas pelos indícios coletados a partir das palavras, a análise das narrativas criadas é essencial para enxergar um panorama mais aberto no estudo de caso. Para isso, adotamos as técnicas da Análise do Discurso, que nos ajudaram a entender algumas estratégias narrativas e discursivas adotadas pelos atores mencionados.

2.3 Estratégias narrativas e análise do discurso

Para compreender as estratégias narrativas e discursivas adotadas pelos atores sociais analisados, nos inspiramos em uma abordagem da Análise do Discurso da Escola Francesa, a chamada AD, considerando o importante papel do discurso - como prática social – capaz de promover transformações na nossa realidade. Contudo, aqui o discurso é considerado não como a fala ou como a manifestação verbal da linguagem, mas como uma construção de significados capazes de manifestar ideias, mensagens e sentidos. Utilizando da AD, escolhemos examinar neste trabalho as estratégias de *legitimidade*, *autenticidade* e *captação* utilizadas pelos atores em suas narrativas nas redes sociais.

A Análise do Discurso nos permite refletir sobre a comunicação pensando para além do “dito”, pois é muito comum que a intenção de dizer algo não se concretize totalmente, seja por que não conseguimos nos expressar por completo, seja por que os interlocutores mobilizem referências diferentes das nossas e tenham entendimentos diversos do que gostaríamos de dizer. Para Charaudeau (1995) “A linguagem não é constituída de signos transparentes e não é o simples espelho do pensamento.” O autor considera que as palavras (ou signos) têm três funções: a primeira é a função *referencial*, pois delinea a materialidade do mundo, designando-o e dando-lhe sentido. Entretanto, a palavra não é o objeto, ela é uma representação da coisa no mundo para lhe dar significação. A segunda é a função *contextual*, pois o significado da palavra depende das relações que ela mantém com outros signos, presentes ou ausentes. A terceira é a função *situacional*, pois o seu significado depende das circunstâncias de comunicação em que é usado, revelando as questões discursivas que se vinculam a essa situação.

A *legitimidade*, para Charaudeau, se configura como uma estratégia narrativa do discurso, pois demarca a autoridade ou o poder do ator em falar algo. Sendo externa ao indivíduo e com um status mais ou menos institucional, a *legitimidade* é uma das marcações que confere o que ele chama de “droit à la parole”, ou o direito à palavra - construindo desta forma dialética a identidade dos interlocutores da comunicação e dando-lhes “o direito de falar”. Desta forma, a *legitimidade* pode ser construída a partir de mobilizações de concepções sociais como por exemplo a autoridade que alguma formação e/ou profissão confere ao indivíduo, habilitando-o perante ao interlocutor a falar sobre determinado assunto.

No nosso estudo de caso, podemos dizer, por exemplo, que o padre Júlio Lancelotti mobiliza o status religioso, concedido pela igreja católica e reconhecido socialmente. Isso o legitima como autoridade para falar sobre caridade, bondade e partilha - devido ao imaginário sociodiscursivo em torno da igreja católica muito vinculado aos princípios da Doutrina Social da Igreja (DSI)⁸. Nesse mesmo sentido, Arthur Moledo Val galga da *legitimidade* concedida pelo cargo político exercido, sendo deputado estadual por São Paulo. Ele mobiliza a representação social de agente público, eleito pelo voto popular para trabalhar pelos cidadãos.

A *autenticidade* como estratégia narrativa colabora para atestar as informações na sua existência mais concreta e material - validando de forma empírica a percepção do comunicador sobre a narrativa de forma objetiva. A comprovação do que é dito pelo comunicador pode se dar por diversos fatores como a apresentação de elementos como fotos, vídeos, *prints*, documentos ou matérias jornalísticas - tendo como objetivo confirmar a veracidade da narrativa.

No caso do padre Júlio Lancelotti, tal estratégia é mobilizada em suas postagens no *Twitter* a partir do compartilhamento de imagens, sejam fotos ou vídeos, que mostram dificuldades vividas pelas populações em situação de rua na cidade de São Paulo. O pároco compartilha também depoimentos dessas pessoas falando sobre as violências sofridas por elas - como a falta de equipamentos sociais, a precariedade dos que existem, as investidas das forças de segurança, a privação de comida, água, banho e outras violações de direitos tão básicos. A mobilização da *autenticidade* como estratégia tem como objetivo conferir veracidade à narrativa,

⁸ A DSI tem cinco princípios maiores, a saber: o Princípio da Destinação Universal dos Bens, o Princípio da Subsidiariedade, o Princípio da Solidariedade, Princípio do Bem Comum, e o da Dignidade da Pessoa Humana. (RIBEIRO; CARVALHO; OREIRO, 2019)

provando os acontecimentos descritos pelo padre. As estratégias mobilizadas por Arthur Moledo Val são semelhantes às do padre, gravando vídeos de si mesmo visitando as ruas do centro de São Paulo⁹ e fazendo entrevistas *online* com ex-usuários de substâncias psicoativas que já passaram pela Cracolândia¹⁰.

Outra estratégia empregada pelos atores é a de *captação*. Para além de persuadir o interlocutor, essa estratégia busca cativá-lo por vias do sentimento, persuadindo-lhes, provocando emoções e sensações. A intencionalidade ao usar tal estratégia discursiva é suscitar no outro um estado emocional favorável, oportuno para acolher melhor determinado ponto de vista ou influência do sujeito falante. Todavia, para a efetivação da *captação* é necessário uma aproximação do interlocutor, comovendo-o e conectando com suas crenças e estados emocionais. Para efetivar tal estratégia, podem ser utilizados alguns recursos, como descreve Charaudeau: “(...) encontramos estratégias que tendem a fazer o interlocutor sentir algo, por meio de processos (entonação de voz, narrativa, discurso de sugestão, conivência, humor etc.) destinados a desencadear imaginários emocionais.”¹¹

Nas postagens feitas pelo padre Júlio Lancelotti em sua conta do *Twitter*, a estratégia de *captação* pode ser percebida quando ele compartilha links e imagens de pessoas em situação de rua narrando que aqueles indivíduos (tratando-os como indivíduos e não como uma massa de sujeitos sem identidade), estão com fome, com frio, na chuva. Ele tende a tentar despertar empatia em quem vê suas publicações através de sua narrativa. Já nas postagens feitas por Arthur Moledo Val em sua conta do *Twitter*, a estratégia de *captação* é mobilizada em seu discurso sobre a segurança dos moradores do centro de São Paulo, que ficam expostos a “tráfico, roubos e estupros” devido a presença de pessoas em situação de rua na Cracolândia ou falando da morte de um policial, de forma a propiciar que seus interlocutores abracem seu discurso sobre a Cracolândia e também suas propostas para “acabar” com ela.

Contudo, é importante ressaltar que tais atos de comunicação são muito mais complexos, podendo possuir muitas camadas e especificidades de acordo com as intencionalidades daqueles que comunicam.

⁹ Para ver mais: <https://twitter.com/arthurmoledoval/status/1301873397920665600>

¹⁰ Para mais informações: <https://twitter.com/arthurmoledoval/status/1308166538353025024>

¹¹ Charaudeau, Ce que communiquer veut dire. Revue des Sciences Humaines, 1995 (tradução nossa).

Com o respaldo do referencial teórico, partimos para a análise dos resultados e inferências a partir do material. Os resultados foram tensionados para que adquirissem significações a partir das teorias aqui apresentadas.

3.0 Resultados e discussões

A partir da análise empírica do corpus e do caso, organizamos os resultados e as discussões em tópicos que tratam do contexto das populações em situação de rua, tópicos que contextualizam os fenômenos comunicacionais ligados aos atores relacionados ao estudo de caso e sobre a publicização das experiências de exceção. As discussões apresentadas têm caráter exploratório e, como um estudo de caso, não tem intenções de criar padrões ou conceituações.

3.1 A população de rua na encruzilhada contemporânea da Exceção

Em praças, ruas, viadutos e becos da cidade de São Paulo, dezenas de milhares de pessoas lutam diariamente pela sobrevivência. Em muitos casos, famílias inteiras vagam sem a segurança de ter um teto sob suas cabeças, sem um lugar seguro para dormir, sem saber o que vão comer na próxima refeição. Essas pessoas, em situação de rua, dependem quase sempre de doações e benfeitorias de estranhos para se alimentar, se vestir, tomar banho e se aquecer à noite.

A quantidade de pessoas empurradas para as ruas da capital mais populosa do país cresce assustadoramente ano após ano. Entretanto, a crise econômica, política e social causada pela pandemia da Covid-19 em 2020, atrelada a falta de políticas públicas de proteção social eficientes agravaram ainda mais a situação – estima-se que mais de 5 mil pessoas ficaram sem moradia e foram obrigadas a morar nas ruas de São Paulo entre dezembro de 2021 e maio de 2022. Contudo, este número está subnotificado, de acordo com Nota Técnica divulgada pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua (POLOS-UFMG),¹² realizado com base no CadÚnico¹³, atualizado pelas prefeituras.

¹² Polos de Cidadania é um programa transdisciplinar e interinstitucional de extensão, ensino e pesquisa social aplicada, criado em 1995, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

¹³ “O Cadastro Único é um registro que permite ao governo saber quem são e como vivem as famílias de baixa renda no Brasil. Ele foi criado pelo Governo Federal, mas é operacionalizado e atualizado pelas prefeituras (...).”

3.2 Incontáveis

O Censo demográfico nacional realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), até o ano de 2022, nunca recenseou pessoas em situação de rua no Brasil. Os dados sobre essas populações, até então, são obtidos através de pesquisas de Universidades, de Organizações Não Governamentais (ONGs) e da Prefeitura de São Paulo.

O acompanhamento das atualizações do CadÚnico realizadas pela prefeitura de São Paulo chegou a resultados um pouco mais próximos da realidade, mas ainda longe do ideal, de acordo com a Nota Técnica do POLOS (UFMG). De acordo com os dados extraídos do CadÚnico, até dezembro de 2021 a população em situação de rua de São Paulo seria de 37.200 pessoas. Entre dezembro de 2021 e maio de 2022 a quantidade de pessoas subiu para 42.239. Um recenseamento encomendado pela prefeitura de São Paulo em 2021 identificou 31.884 pessoas em situação de rua. Este é o sexto Censo realizado pelo órgão desde o ano 2000 de acordo com o Observatório Socioassistencial da Secretaria Municipal de Assistência Social. Apesar da iniciativa da administração municipal, o resultado do recenseamento foi questionado por ONGs, que contestam a metodologia utilizada pela empresa responsável pela pesquisa e alegam subnotificação.

A análise do Observatório ainda identifica o perfil das populações em situação de rua, apontando para uma maioria de pessoas pretas e pardas (65%); composta por homens, em sua maioria (86,67%); com idades entre 18 e 59 anos (83%); desses, 92,05% se encontram em situação de pobreza ou extrema pobreza, tendo uma renda mensal de menos de R\$ 89,00 por mês.

Todavia, de acordo com o Ministério da Cidadania - Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional do Cadastro Único, a Taxa de Atualização Cadastral do CadÚnico em São Paulo até abril de 2022 era de apenas 48%, o que indica que mais da metade dos cadastros estavam desatualizados. Essa falta de atualização indica uma possível defasagem nos dados que se referem a quantidade de pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo. Ainda de acordo com a Nota Técnica do POLOS (UFMG):

<https://www.gov.br/pt-br/servicos/inscrever-se-no-cadastro-unico-para-programas-sociais-do-governo-federal>

“(…) uma primeira e urgente medida que deveria ser assegurada à população em situação de rua em todos os Estados e municípios brasileiros é a sua ampla inclusão, não somente nos Censos realizados pelo IBGE, mas nas diversas bases de dados administrativas utilizadas no país, como o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), atualmente, a melhor base de dados ou instrumento disponível para a amplificação e a visualização das realidades vivenciadas pelas pessoas em situação de rua e suas múltiplas existências em todo o território nacional. O fortalecimento da base de dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) a partir da sua atualização, alimentação constante e estabilidade de informações fidedignas relativas às pessoas em situação de rua no município é um dever ético, administrativo e constitucional de todas as Administrações Públicas no país.” (Dias, 2021)

A defasagem desses dados dificulta a criação e implantação de políticas públicas efetivas direcionadas para essas populações, transformando a situação em uma bola de neve cada vez mais difícil de ser resolvida. A desumanização dessas pessoas é tangível, suas vidas e histórias são relegadas ao esquecimento, a falta de acesso aos seus direitos mais básicos. À elas é negado, inclusive, o direito de receber auxílio, como vemos no presente caso do padre Júlio Lancelotti. O movimento de segregação sofrido por essas pessoas é sistemático e escalável. Para Agamben, essas pessoas seriam os *Homo Sacer*, como já mencionado acima. Para além das questões de gênero, raça e classe social, esses indivíduos também são segregados por hostilidades sanitaristas, pelo julgamento separatista entre os que são considerados “sãos” e os rotulados insanos. A herança sanitarista e separatista da psiquiatria é recente, há poucas décadas o Hospital Colônia ainda recebia “pacientes” na cidade mineira de Barbacena, funcionando como um “depósito” de pessoas as quais a sociedade queria esconder, prender, separar, ignorar e matar.

(…) a estimativa é que 70% dos atendidos não sofressem de doença mental. Apenas eram diferentes ou ameaçavam a ordem pública. Por isso, o Colônia tornou-se destino de desafetos, homossexuais, militantes políticos, mães solteiras, alcoolistas, mendigos, negros, pobres, pessoas sem documentos e todos os tipos de indesejados, inclusive os chamados insanos. (Arbex, 2013)

Essa segregação perdura até os dias de hoje, mas em outras vestes. Neto (2019) traça um paralelo entre o Hospital Colônia e a Cracolândia, cenário e motivo das disputas de narrativa apresentadas neste trabalho. O autor considera ambos espaços como instrumentos da biopolítica - como descrito por Agamben - que desumaniza e segrega determinados grupos sociais e ainda compara,

especialmente o Hospital Colônia, com Auschwitz. Ele traça um breve perfil do espaço:

(...) a “Cracolândia”, uma comunidade que se originou na década de 1990 no bairro da Luz, em São Paulo, após o fechamento da rodoviária, a qual conectava São Paulo com cidades vizinhas. Ao contrário de uma favela, “Cracolândia” é uma comunidade composta por pessoas em situação de rua e que usam substâncias psicotrópicas como o crack. Consequentemente, não se trata de uma comunidade fixa e ela consegue se mover espacialmente quando é ameaçada pela polícia. (Neto, 2019)

A Cracolândia é uma fronteira urbana de segregação onde a necropolítica atua em sua forma mais transparente - fazendo jus a construção do Brasil, enquanto país em suas raízes colonialistas, escravocratas e genocidas das populações originárias. Há hoje o interesse de “acabar” com a Cracolândia, mas não existem políticas públicas focadas nas pessoas e estruturadas a partir da realidade material vivida por elas - a intenção é de cunho higienista e financeiro.

Para Nielsson e Wermuth (2018), o interesse em acabar com a Cracolândia na região central de São Paulo, antes de ser focado nas questões de “saúde” e “combate à criminalidade”, é especialmente voltado para a especulação imobiliária. Consideram “as medidas truculentas de retomada da Cracolândia nada mais significam do que uma estratégia dos governos municipal e estadual no sentido de ‘entregar à iniciativa privada a comercialmente valorizada região da Luz’.”

(...) ao mesmo tempo em que é tratada por alguns como um problema, a Cracolândia é vista por outros como solução. É que o planejado abandono social no local aprofundou a desvalorização da região da Luz, fortalecendo, em contrapartida, a capacidade de negociação dos especuladores – interessados em adquirir a baixos preços terrenos em um dos endereços mais centrais da capital paulista (COSTA, apud NIELSSON e WERMUTH, 2017, p. 611).

Tal ideia é corroborada por falas de Arthur Moledo Val durante sua campanha para prefeito de São Paulo. Durante uma manifestação, ele contou seus planos para o centro da cidade, caso fosse eleito “A próxima gestão terá a oportunidade de fazer a revisão do plano diretor para que a Prefeitura não “encham o saco” da iniciativa privada, que quer, sim, revitalizar este Centro, explorar todo o potencial turístico e de geração de empregos (...)”.¹⁴ Essa fala é interessante para pensarmos as

¹⁴ Para mais informações:

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2020/noticia/2020/10/08/arthur-do-val-faz-campanha-no-patio-do-colegio-e-quer-que-iniciativa-privada-revitalize-o-centro-de-sao-paulo.ghtml>

intencionalidades das narrativas utilizadas por Arthur Moledo Val quando ele se coloca tão preocupado em relação a cracolândia.

3.3 Uma contextualização narrativa de Arthur Moledo Val e Pe. Júlio Lancelotti

“É uma grande violência viver na rua. A pandemia agrava tudo isso. ‘Fique em casa.’ Onde é a casa do morador de rua? ‘Lave as mãos.’ Onde?”.¹⁵ Com palavras firmes, questionamentos e interpelações na ponta da língua, o padre Júlio Renato Lancelotti construiu sua marca a partir de uma narrativa de suporte aos necessitados, especialmente as pessoas em situação de rua, as quais auxilia no dia a dia. O sacerdote adota uma postura combativa, mas suas lutas têm sempre algum propósito coletivo, como reivindicar melhores condições nos abrigos que a prefeitura disponibiliza para as pessoas em situação de rua ou brigar, às vezes literalmente, com as forças de segurança da cidade de São Paulo para distribuir alimento a quem precisa.

O padre usa os sites de rede social para expor o descaso do poder público com as populações em situação de rua em São Paulo, convidando indivíduos sensibilizados com a causa para cobrar ações e também para realizar donativos para a causa. Ainda no espaço online, padre Júlio publica fotos, vídeos e notícias, muitas vezes, em tom de provocação às autoridades para que estas realizem o seu papel em relação às populações em situação de rua. Em sua narrativa, o pároco constrói através dos sites de redes sociais uma diegese de autenticidade, com o intuito de provar as situações e fatos por ele expostos de forma empírica. Além disso, padre Júlio Lancelotti também compartilha em seu perfil do *Twitter* reportagens sobre os sofrimentos das populações em situação de rua e sobre a atuação da Pastoral do Povo de Rua em São Paulo. Tudo isso colabora para a construção da *autenticidade* (Charaudeau, 2013) do que ele narra, pois, somente sua palavra não seria suficiente para garantir a veracidade das informações. Tal estratégia também colabora para provar às autoridades os problemas a serem enfrentados e, em caso de omissão, mostrar à população a falta de atuação do Estado naquela situação.

¹⁵ Veja mais em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-padre-que-morde/>

Nas publicações de Arthur é possível perceber o seu posicionamento em relação à Cracolândia: sua narrativa é direcionada para sugestões de repressão e intervenção policial forte, sempre defendendo a atuação das forças de segurança (como a Polícia Militar de São Paulo e a Guarda Civil Municipal). Val também expõe em seus sites de rede social seu posicionamento em relação à política de saúde para tratamento de pessoas usuárias de drogas. Em uma *thread* em seu *Twitter* sobre as medidas para acabar com a Cracolândia, caso ganhasse a eleição para prefeito, ele diz “5 – aplicação da LEI e da ORDEM Precisamos colocar em pratica[sic] a lei (já existente!) de internação compulsória e ser intolerante com aglomerações para usar drogas.” Sua alegação se baseia em uma lei de 2019, que passa a permitir internações involuntárias e compulsórias de pessoas que estão dependentes químicas, indo de encontro às concepções liberais que Arthur diz ter e contradizendo evidências científicas, como mostrado por Wermuth e Menezes:

Não há dúvida, portanto, de que tanto a internação involuntária quanto a compulsória representam intervenções na vida do cidadão que podem ser consideradas uma afronta aos direitos humanos. Nesse sentido, a Lei nº 13.840/2019 configura-se como um retrocesso no que tange à proteção dos direitos humanos dos usuários de drogas. Isso porque a internação, por si só, contraria os princípios da reforma psiquiátrica cristalizada na Lei nº 10.216/2001, a qual prioriza justamente o atendimento não institucionalizado (extra-hospitalar), a partir de uma consideração do usuário/paciente enquanto sujeito e não como mero objeto de uma política pública, resguardando-se, portanto, a sua autonomia como cidadão e sua dignidade humana. (WERMUTH, M. Ângelo D., & HRYNYSZYN MENEZES, L. 2021, p. 138)

É perceptível através das publicações de Arthur que suas propostas para a Cracolândia giram em torno da estigmatização das pessoas que ocupam aquele espaço. Além de defender a internação compulsória, ele mencionou em alguns *tweets*¹⁶ e em um vídeo transmitido ao vivo pelo *periscope.tv*¹⁷ que é a favor da aplicação da “Lei e Ordem”¹⁸, claramente se referindo ao conceito estadunidense empregado na década de 80, que consistia em um policiamento mais ostensivo e medidas mais punitivistas, com o objetivo de restaurar a ordem nos grandes centros urbanos.

¹⁶ Veja mais em: <https://twitter.com/arthurmoledoal/status/1301614921273298952>

¹⁷ Aplicativo para transmissão de vídeos ao vivo dentro do *Twitter*, desativado em 2021.

¹⁸ Veja mais em: <https://twitter.com/arthurmoledoal/status/1308166538353025024>



Figura 6 - Tweet de Arthur Moledo Val

Apesar da notada violência policial em São Paulo que aumenta a cada ano¹⁹ e das experiências malsucedidas de aplicação da Lei e Ordem, a importação “a brasileira” desse modelo de tentativa de combate ao crime é uma escolha puramente política. Tal pensamento desconsidera a realidade social e política do lugar, tratando a segurança pública de forma superficial, como examina Carvalho Jr.:

Parte do fascínio exercido por Tolerância Zero provém de sua “falácia cosmética” que concebe a criminalidade como um problema superficial -- o qual supostamente poderia ser tratado com aplicações tópicas e unguentos apropriados -- e não como uma doença crônica da sociedade. (Carvalho Jr., 2011, p. 12)

Contudo, esse movimento de oferecer para seus interlocutores soluções rápidas é, para além de uma estratégia de campanha, uma estratégia de *captação*, conforme Charaudeau (1995). Ao levantar uma problemática tão antiga da cidade, criar narrativas sobre ela, provocando a indignação de seus seguidores, Arthur toca afetações de moradores da cidade de São Paulo, que convivem com uma situação de saúde pública que parece sem solução. Assim, despertando essas emoções, ele pode fazer com que essas pessoas tomem uma posição favorável à suas propostas para “resolver o problema”.

Para o padre Júlio Lancelotti, essas soluções propostas por Arthur e por outros governantes são insuficientes para tratar de forma adequada a situação social, de saúde pública e humanitária que a cracolândia se tornou. De acordo com

¹⁹ Mais informações em: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/pm-de-sp-tem-1-semester-mais-letal-em-25-anos-e-mata-498-pessoas-29062022>

o pároco, "Todos querem acabar com a Cracolândia, mas métodos são insuficientes"²⁰. Ele compartilha em sua conta do *Twitter* vídeos de pessoas usuárias de substâncias psicoativas na Cracolândia sendo sofrendo ofensivas da Guarda Civil Municipal e da Polícia Militar; e da falta de estrutura nos equipamentos municipais que deveriam prover comida, água, abrigo e banho para essas pessoas. Essa é uma estratégia narrativa que colabora para atestar a *autenticidade* do discurso do padre, especialmente no que diz respeito à efetividade das políticas públicas voltadas para pessoas em situação de rua e usuários que passam pela cracolândia. O relato puro e simples do pároco não teria tanta validade para efeitos de tentar provar a autenticidade dos fatos como podem ter as fotos e vídeos que ele compartilha. Aqueles fatos realmente aconteceram.

Contudo, qual a sua *legitimidade* para falar sobre tais fatos? Lancelotti mobiliza no imaginário sociodiscursivo de seus interlocutores sua experiência em atuar em prol das pessoas em situação de rua e seu status religioso reconhecido socialmente e conferido pelo respeito que a igreja católica goza enquanto instituição. Além do convívio com os indivíduos dos quais fala, ele conta com uma espécie de autoridade para falar sobre direitos humanos, solidariedade e bem comum, respaldado pela DSI. Essa legitimidade, de acordo com Charaudeau (1995) "(...) é, portanto, externa ao sujeito falante, enquadra-se no estatuto mais ou menos institucional previsto no contrato. É quem lhe dá "o poder de dizer". Assim, essa legitimidade é mais "dada" ao pároco do que de fato pleiteada.

Ao contrário disso, Arthur Moledo Val, de certa forma, reivindica a *legitimidade* para poder falar. Ele tenta provar em alguns momentos que é "faz parte" de núcleos sociais, como em um *tweet* em que ele alega ter sido sucateiro:

²⁰ Disponível em: <https://twitter.com/pejulio/status/1318360030878552064>

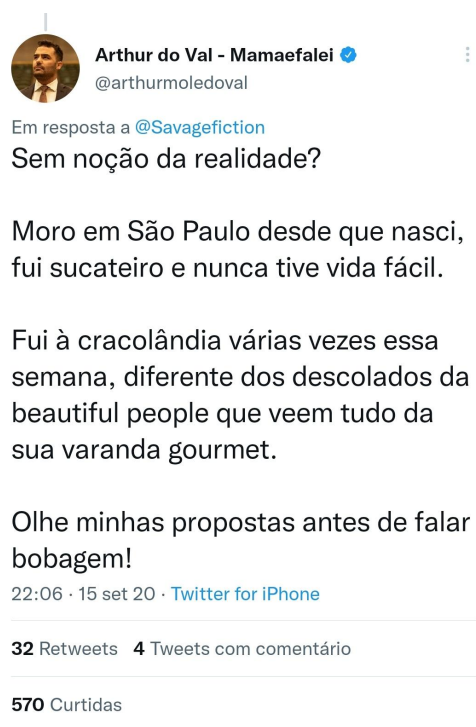


Figura 7 - Tweet de Arthur Moledo Val

“Moro em São Paulo desde que nasci, fui sucateiro e nunca tive vida fácil.”²¹. Essa é uma tentativa de se colocar como alguém que conhece os problemas sociais e que já esteve no lugar da população com a pretensão de ganhar um status de *legitimidade*. Arthur, nesse período estudado, gozava de uma legitimidade constituída de forma institucional pelo cargo político de deputado estadual que ele exercia. Mobilizando uma representação social de agente público, eleito pelo voto popular para trabalhar pelos cidadãos. Até hoje na *bio*²² de seu perfil no *Twitter* se lê: “Empresário e youtuber Eleito por 478 mil paulistas e cassado pelo sistema”.

Em 8 de dezembro de 2020, ambos atores citados neste trabalho publicaram o mesmo vídeo, no qual pessoas que - supostamente - seriam usuárias de drogas estavam atacando transeuntes e tirando pessoas de dentro de um carro.²³ Em um *tweet*, padre Júlio Lancelotti lamentou a violência, dizendo ser inaceitável e contextualizou a situação:

²¹ Veja mais em: <https://twitter.com/arthurmoledoal/status/1306036637768572932>

²² A expressão *bio* vem de “biografia”. É um componente da configuração do perfil do *Twitter*. Ele aparece abaixo do nome e do identificador de usuário no site de rede social. Sua função é fornecer uma breve introdução sobre quem você é.

²³ Mais informações em:

https://www.cartacapital.com.br/sociedade/apos-acao-da-gcm-grupo-ataca-motoristas-na-regiao-da-cracolandia/#.X8_4k2NulhY.twitter



Figura 8 - Tweet de Arthur Moledo Val



Figura 9 - Tweet de Júlio Lancelotti

A fala demonstra a indignação do padre em relação à violência, ao mesmo tempo que contribui para o entendimento da situação, dando o contexto do que havia acontecido antes e que pode ter, de alguma forma, influenciado no desenrolar daquele cenário.

Já Arthur Moledo Val se posicionou sobre a situação do vídeo²⁴ conforme podemos ver na Figura 5. Seu discurso deixa clara a sua indignação com a violência, contudo, ao mesmo tempo, ele fala somente sobre um recorte da realidade, clamando por uma “identidade paulistana”.

²⁴ Tweet em: <https://twitter.com/arthurmoledoval/status/1336397174503055360>

O discurso de ambos demonstra, através das palavras e expressões que eles mobilizam os *rituais de linguagem* adotados por cada um para se comunicarem com seus interlocutores, como descreve Charaudeau (1995) “Podemos chamar de *rituais de linguagem* os comportamentos de linguagem que os indivíduos de um grupo social devem respeitar se quiserem ter ou manter contato com outra pessoa.” O uso de expressões como “bandidos” por Arthur, demonstra seu posicionamento em relação àquelas pessoas e também indica a quais grupos ele quer se dirigir, mobilizar e conquistar, demonstrando as duas ideias. Já o padre Júlio Lancelotti, faz uso de um vocabulário diferente para se referir às mesmas pessoas, em um *tweet* ele se expressa da seguinte forma:



Figura 9 - Tweet de Júlio Lancelotti

Para falar das mesmas pessoas, ambos mobilizam diferentes *rituais de linguagem*, pois falam com intenções diferentes para públicos diferentes.

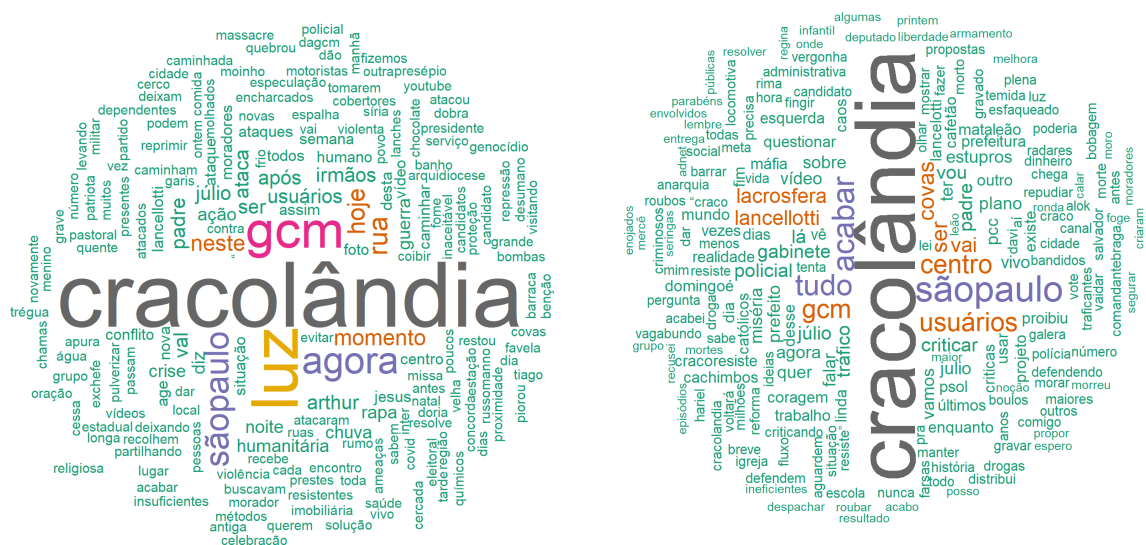
As interessantes escolhas de palavras usadas pelos atores sociais aqui mencionados também podem ser visualizadas na frequência em que eles utilizam as expressões pesquisadas. Dessa forma, podemos observar tais escolhas nas nuvens de palavras no próximo tópico.

3.4 Palavras como indícios - nuvens de palavras a partir do Corpus Textual

Gráfico 1 - Nuvens de Palavras do Corpus Textual

Padre Júlio Lancelotti

Arthur Moledo Val



Fonte: análises realizadas pelos autores no Software R.

A nuvem de palavras é uma representação gráfica hierarquizada que permite visualizar o valor e a frequência das palavras contidas em um texto. Para criar as nuvens de palavras para este trabalho, utilizamos os textos dos *tweets* realizados pelo Padre Júlio Lancelotti e por Arthur Moledo Val no ano de 2020, que se enquadram nas categorias de busca mencionadas na metodologia. Para fins de leitura gráfica é importante mencionar que quanto maior e mais central a palavra, mais ela foi utilizada.

A palavra Cracolândia tem maior destaque, pois, dos termos incluídos na pesquisa, foi o mais mencionado por ambos atores nos *tweets* analisados. Dentre as 9 palavras mais mencionadas pelo padre Júlio Lancelotti, estão: GCM, hoje, rua,

neste, momento, agora, São Paulo²⁵, Luz e Cracolândia. A combinação das palavras é indício do caráter de exposição de acontecimentos quase que em tempo real nas postagens do padre, pela utilização de termos de marcação temporal como hoje, neste, momento e agora - todas relacionadas à Cracolândia. Essa análise indiciária nos dá idéia da atuação prática e do dia a dia do padre, dessa forma, podemos inferir que ele está presente em diversas situações que expõe em seu perfil e que mantém contato constante com as pessoas em situação de rua que passam pela Cracolândia.

Na nuvem de palavras extraída do corpus textual dos *tweets* de Arthur Moledo Val, as expressões “São Paulo” e “CGM” se repetem em relação às do padre Júlio Lancelotti. Dentre as palavras mais mencionadas por Arthur, se destacam 12, que são: Lancelotti, ‘lacrosfera’, tudo, acabar, GCM, Covas, vai, ser, centro, São Paulo, usuários e Cracolândia. Aqui é possível enxergar alguns indícios a partir das palavras utilizadas, como por exemplo a associação das palavras “cracolândia”, “acabar” e “centro”. Esses termos têm especial relevância para este estudo, pois são muito utilizados por Arthur quando ele fala em *acabar com a cracolândia* e *tirar a cracolândia do centro da cidade*.

Esses indícios da narrativa utilizada a partir de fragmentos (as palavras) nos ajudam a compreender o direcionamento do discurso, para quem ele fala. Como é o caso da palavra “lacrosfera”. O termo “lacrosfera” que é um neologismo, criado a partir da junção dos termos “lacre” (uma gíria usada na internet) e “atmosfera”, no sentido figurado da palavra, significando ambiente. Essa expressão é usada de forma depreciativa por conservadores, críticos aos movimentos progressistas. O uso desse termo nos dá indícios, especialmente do posicionamento político de Arthur, que podemos inferir ser conservador e à direita - a partir desse indício, já temos pista de como ele pensa logo de início. Arthur utilizou o termo “lacrosfera” em sua conta do *Twitter* 25 vezes só no ano de 2020, fato que complementa a relação indiciária dessa palavra com os posicionamentos dele.

A polarização aparece como um sintoma das relações contemporâneas e a midiaticização das relações contribui para que os posicionamentos e opiniões sejam cada vez mais publicizados. O *Twitter* “traduz” parte dessa dinâmica social

²⁵ A nomenclatura São Paulo, quando se refere a cidade, no corpus textual foi modificada. As palavras foram unidas, para um melhor resultado, pois o Software identifica-as separadas, comprometendo o resultado final da formatação.

polarizada, sendo um espaço de aparecimento de diferenças. A partir desse pedaço de representação compreendido pelas nuvens de palavras que demonstrou um espectro da polarização presente no *Twitter* e que atravessa as barreiras do digital, materializando-se nas posturas dos atores fora do ambiente *online*.

As dinâmicas polarizadas identificadas a partir dos tensionamentos feitos neste trabalho contribuem para a percepção do quão diferentes são os dois pólos. Apesar de não identificarmos uma simetria, é clara a diferença de intenções e contribuições sociais de cada lado. Enquanto um dos pólos se coloca de forma favorável ao bem comum, ao coletivo, de forma a produzir um espaço público onde as diferenças possam aparecer e serem reconhecidas - o outro demonstra repúdio às diferenças, especialmente quando estas aparecem em espaços públicos privilegiados. A publicização de diferenças, neste pólo, provoca ódio, xingamentos e repúdio - indo de encontro a proposta de espaço público democrático sugerida por Hannah Arendt.

Para além da polarização presente nos contextos midiáticos que publiciza o ódio às diferenças, nos contextos institucionais, tal problemática é refletida no arcabouço jurídico, enquanto estado de exceção conforme descrito por Agamben, intrínseco à legalidade vigente. Assim, a realização desse dispositivo é intensificada pela desigualdade entre as pessoas e o judiciário, além da emergência preocupante de atores políticos autoritários, que lançam mão de argumentos, visões e posições que não consideram a diferença nem a democracia. Estes, buscam construir uma legitimidade a partir da exceção, tentando naturalizá-la como uma prática comum.

4.0 Considerações Finais

Neste estudo de caso, nos debruçamos para compreender de que forma a mediação pode instituir dinâmicas polarizadas nos espaços públicos contemporâneos, sua relação experiências da diferença. Focamos em abordar tais assuntos pensando na presença da população de rua na cidade de São Paulo. O fio condutor do estudo foram as dinâmicas de polarização entre o padre Júlio Lancelotti e o, então candidato a prefeito, Arthur Moledo Val.

Os ataques sofridos pelo padre, as disputas discursivas no tratamento de assuntos semelhantes e as estratégias narrativas utilizadas pelos atores sociais

estudados surgem como indícios de uma polarização que, a partir da mídiatização sofrida, tomou proporções avultadas. Essa polarização se desenvolve sobre uma situação de exceção, estabelecida na democracia nacional. Nesse Estado de Exceção, os indivíduos que permanecem na situação de disputa, as pessoas em situação de rua usuárias de substâncias psicoativas, perdem sua identidade e, conseqüentemente, seus direitos. São empurrados para a condição de Homo Sacer, conforme descrito por Agamben. Essas pessoas permanecem fora de jurisdições, em estado de desamparo e desprovida de direitos e cidadania e submetidas a viver em *estado de exceção*. As disputas desse recorte de polarização descrita neste trabalho, são ligados a defesa dessas vidas, que submetidas a biopolítica do estado, passam por um processo de dessubjetivação, tornando-se sujeitos - perdendo então a condição de indivíduos.

Partindo do paradoxo jurídico proposto por Agamben, podemos entender como, mesmo dentro do regime democrático, o estado de exceção se desenvolve e se torna um dispositivo de governo. Dessa forma, dentro dos limites legais, é possível criar dispositivos como um hospital para servir de “depósito” para pessoas “desajustadas”, como foi o Hospital Colônia. Essa é uma clara tentativa de impedir a emergências das diferenças no espaço público, de calar todos aqueles que não se enquadram nas normas sociais. Também é possível abandonar indivíduos a sua própria sorte, morando nas ruas, extraindo seus pertences (como a “rapa”²⁶ faz em São Paulo), atacando-os como faz a GCM e não colocando em prática políticas públicas adequadas para oportunizar que essas pessoas possam usufruir de direitos básicos como moradia, acesso à saúde, acesso à educação e oportunidades de trabalho.

Tais manobras de exclusão são mais publicizadas contemporaneamente, pois através das ferramentas de interação digital temos muito mais acesso e contato com outras formas de pluralidade humana e vivências diferentes das nossas. Sendo assim, enxergamos para além das fronteiras dos nossos olhos, avistamos a complexidade social de grupos diferentes do qual convivemos. Essa mudança de paradigma do espaço público modificou as relações entre os indivíduos, iniciando um processo de reformulação, ainda em curso, do espaço público no âmbito virtual.

²⁶ Veja mais em: <https://twitter.com/pejulio/status/1282744888073818114>

A partir da publicização de opiniões diferentes e das dinâmicas polarizadas que surgiram a partir daí, pudemos enxergar as diferenças discursivas adotadas, como cada ator construiu sua estratégia de diálogo com seus interlocutores e algumas repercussões resultantes desses posicionamentos. Tal fenômeno de polarização, aparece para nós como uma questão comunicacional, pois se constitui como produto das diferenças construídas pela convivência em sociedade, o que, para Braga (2020) constitui a nossa forma de coexistência em sociedade. Contudo, a polarização da forma como vimos aqui não pode ser considerada, de fato, como lados opostos e simétricos. Há um grande desequilíbrio de poder e não há diálogo. Esse desequilíbrio faz parte de um projeto supostamente liberal e igualitário, que se constitui de práticas que desconsideram e deslegitimam o indivíduo, ignorando suas particularidades, diferenças e necessidades. Desprezar tais individualidades vai de encontro às oportunidades de melhoria, crescimento e progresso (não em um sentido positivista) do país.

O processo de midiatização é uma atualização dos modos de comunicação da sociedade ainda em curso. Estamos vivenciando as suas consequências há pouco mais de duas décadas, portanto, consideramos de extrema importância o desenvolvimento de mais pesquisas acadêmicas sobre o tema, especialmente das relações entre midiatização e democracia. As Universidades Públicas têm a capacidade de mergulhar nesses temas de formas que podem contribuir imensamente para a manutenção da democracia e da liberdade de expressão no contexto nacional. A comunicação, em especial, possui um arcabouço notável para refletir sobre as particularidades democráticas do nosso país, especialmente pela nossa capacidade de associação com outras áreas de conhecimento.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Tradução de Vinícius Nicastro. Chapecó: Argos, 2009.

ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta sua mídia mídia**: dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo: Editora Paulus, 2006

BRAGA, José Luiz. **Mediatização como processo interacional de referência**. In: Médola, Ana Sílvia; Araújo, Denize Correa; Bruno, Fernanda (orgs.). Imagem, visibilidade e cultura midiática. Livro Compós 2007. Porto Alegre: Sulina, 2007, p. 141-167.

BRAGA, José Luiz. **Comunicação, disciplina indiciária**. Matrizes, vol. 1, núm. 2, abril, 2008, pp. 73-88. Universidade de São Paulo. São Paulo.

CARVALHO JR, Orlando Lyra de. **O Impacto de Law and Order nas Políticas Criminais do Brasil**. 2011. Conferência: Democracia, Estado de Direito E Cidadania (UFF). Niterói, RJ, Brasil. Volume: 1. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/273654995_O_Impacto_de_Law_and_Order_nas_Políticas_Criminais_do_Brasil

CHARAUDEAU, Patrick. **Ce que communiquer veut dire**. Revue des Sciences Humaines, n. 51, p. 20-23, 1995. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Ce-que-communiquer-veut-dire.html>. Acesso em: 16 de julho de 2022.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. Tradução de Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2013.

DIAS, A. L. F. (2021). (Org.). **Dados referentes ao fenômeno da população em situação de rua no Brasil**: Relatório técnico-científico – Plataforma de Atenção em Direitos Humanos, Programa Polos de Cidadania, Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: Marginália Comunicação.

ESCOBAR, Paulo. **O Jesus das Ruas - na trajetória do Padre Júlio Lancellotti**. 2ª Edição. São Paulo. Editora Córrego. 2021.

GOMES, Wilson. **Democracia digital**: que democracia? Mídia, representação e cidadania. 2010. p. 1–21.

LEMOS, André; Cunha, Paulo (orgs). **Olhares sobre a Cibercultura**. Sulina, Porto Alegre, 2003; pp. 11-23

MAFRA, Rennan. **Vestígios da dengue no anúncio e no jornal**: dimensões acontecimentais e formas de experiência pública na (da) cidade. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social: Universidade Federal de Minas Gerais, 2011. pp 96 -111

MOURA JR, James F.; XIMENES, Verônica M.; SARRIERA, Jorge C. **Práticas de discriminação às pessoas em situação de rua**: histórias de vergonha, de humilhação e de violência em Fortaleza, Brasil. Revista de Psicologia, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 18, 2013. DOI: 10.5354/0719-0581.2013.30850.

NETO, Costa Maya. **Necropolítica da Colonialidade no Brasil: Segregação e Desumanização no Hospital Colônia de Barbacena e na Cracolândia, em São Paulo.** Meridional. Revista Chilena de Estudios Latinoamericanos, [S. l.], n. 11, p. 149–177, 2018. DOI: 10.5354/mrd.v0i11.50860.

QUADROS, M. P. dos R., Madeira, R. M. (2018). **Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil.** Opinião Pública (Vol. 24). <https://doi.org/10.1590/1807-01912018243486>

ROSA, A.S, BRÊTAS A.C.P. **Violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brazil.** Interface (Botucatu). 2015; 19(53):275-85.

RIBEIRO, Arthur Rizzi; CARVALHO, Ricardo Da Silva; OREIRO, José Luis. **A Doutrina Social da Igreja Católica, o novo desenvolvimentismo e a economia social de mercado: diálogos possíveis?** MISES: Interdisciplinary Journal of Philosophy, Law and Economics, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 710–735, 2019. DOI: 10.30800/mises.2019.v7.1129.

SANTOS, M.A.M, SILVA. M.T.M. **Discurso do Ódio na Sociedade da Informação Preconceito, discriminação e racismo nas redes sociais.** Publica Direito. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=dc1f1e86d49bb24c>>. Acesso em: 15 de junho de 2022.

THOMPSON, J. B. (2008). **A nova visibilidade.** MATRIZES, 1(2), 15-38. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v1i2p15-38>

WERMUTH, M. Ângelo D., & HRYNYSZYN MENEZES, L. (2021). **Direitos humanos, devido processo legal e a internação compulsória/involuntária de usuários de drogas no Brasil: Notas sobre um paradoxo.** Revista Brasileira De Sociologia Do Direito, 8(3), p. 123-151. <https://doi.org/10.21910/rbsd.v8i3.473>

Sites e redes sociais

ÂNGELO, Tiago. Arthur do Val fez propaganda antecipada ao criticar padre, diz Justiça Eleitoral. Conjur. 1 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-out-01/arthur-val-fez-propaganda-antecipada-critic-ar-padre-juiz>>. Acesso em 29 de abril de 2021.

ASSUNÇÃO, Clara. Censo da população de rua de São Paulo não mostra a realidade, contesta movimento. Brasil de Fato. 25 de janeiro de 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/01/25/cento-da-populacao-de-rua-de-sao-paulo-nao-mostra-a-realidade-contesta-movimento>>. Acesso em 6 de julho de 2022.

Brasil. 002ª Zona Eleitoral do Estado de São Paulo. **Representação (11541) Nº 0600034-87.2020.6.26.0002.** De 01 de outubro de 2020. Representante: Promotor Eleitoral do Estado de São Paulo. Disponível em: <<https://pje1g.tse.jus.br/pje/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/docu/mentoSemLoginHTML.seam?ca=9c362695500a5c413037fd1312c9ec956ef9d0a122>>

[43d28954c60e12ff30f83213bdc0006dab81ef05df4acac76ef44b922ca2bacdfab3e63&idProcessoDoc=10864854](https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-padre-que-morde/)>. Acesso em: 15/01/2021.

CRUZ, Angélica Santa. O padre que morde. A vida, a obra e as marretadas de Júlio Lancelotti. Revista Piauí. Julho de 2021. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-padre-que-morde/>>. Acesso em: 5 de julho de 2022.

GALVANI, Giovanna. Padre Julio Lancellotti recebe novas ameaças após ataques virtuais de deputado. Carta Capital. 15 de setembro de 2020. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/padre-julio-lancellotti-recebe-novas-ameacas-apos-ataques-virtuais-de-deputado/>>. Acesso em: 20 de junho de 2022.

Júlio Lancelotti: os grandes inimigos da religião!. Local, 15, set 2020. *Twitter*: @arthurmoledoal. Disponível em: <<https://twitter.com/arthurmoledoal/status/1305950442392817667>>. Acesso em: 8 de abril de 2022.

Metodologia do censo da população de rua é questionada; ONGs acreditam em subnotificação. G1 - Globo. Fevereiro de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/video/metodologia-do-censo-da-populacao-de-rua-e-questionada-ongs-acreditam-em-subnotificacao-10238946.ghtml>>. Acesso em 6 de julho de 2022.

Padre Júlio Lancellotti é novamente ameaçado de morte por PMs. Corregedoria apura denúncias. Instituto Humanitas Unisinos. 2020. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/596230-padre-julio-lancellotti-e-novamente-ameacado-de-morte-por-pms-corregedoria-apura-denuncias>>. Acesso em: 15/01/2021.

VAL, Arthur Moledo. **Desmentindo Julio Lancellotti “Cafetão da Miséria”**. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OJyTLtV35i8&t=309s>>. Acesso em: 15/01/2020.

VAL, A. M. Católicos têm um lindo trabalho de caridade. Fazem MUITO + que o Estado na reabilitação de usuários. Criticar cafetões da miséria e repudiar a teologia da libertação é DEFENDER o bom trabalho da Igreja. Basta ver os defensores de Júlio Lancellotti: os grandes inimigos da religião!. São Paulo, 18 de set de 2020. *Twitter*: @arthurmoledoal. Disponível em: <https://twitter.com/arthurmoledoal/status/1307024104021688320>. Acesso em: 15/01/2021.

Prefeitura de São Paulo. Censo da População em Situação de Rua. Observatório Socioassistencial. 23 de março de 2022. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/observatorio_socioassistencial/pesquisas/index.php?p=18626>. Acesso em 5 de julho de 2022.

Assistência Social. Inscrever-se no Cadastro Único. Serviços e Informações do Brasil. Disponível em:

<<https://www.gov.br/pt-br/servicos/inscrever-se-no-cadastro-unico-para-programas-sociais-do-governo-federal>>. Acesso em: 5 de julho de 2022.

Resultado das Eleições em São Paulo. G1 - Globo. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2020/resultado-das-apuracoes/sao-paulo.ghml>>. Acesso em: 10 de julho de 2022.

Softwares e pacotes

Fellows I (2018). wordcloud: Word Clouds. R package version 2.6, <<https://CRAN.R-project.org/package=wordcloud>>

Ingo Feinerer, Kurt Hornik, and David Meyer (2008). Text Mining Infrastructure in R. Journal of Statistical Software 25(5): 1-54. URL: <https://www.jstatsoft.org/v25/i05/>